



UFSM

Trabalho de Graduação

**AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COMO FERRAMENTA GERENCIAL EM UMA
EMPRESA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO**

Luiz Henrique Figueira Marquezan

Wagner Machado Boemo

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CCSH

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
COMO FERRAMENTA GERENCIAL EM UMA
EMPRESA INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO**

por

Luiz Henrique Figueira Marquezan

Wagner Machado Boemo

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - CCSH

Santa Maria, RS, Brasil

2004

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Graduação

**AVALIAÇÃO DA VIABILIDADE DA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO
FERRAMENTA GERENCIAL EM UMA EMPRESA
INDUSTRIAL: ESTUDO DE CASO**

elaborado por

**Luiz Henrique Figueira Marquezan
Wagner Machado Boemo**

como requisito parcial para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Gilberto Brondani
(Presidente/Orientador)

Santa Maria, janeiro de 2004.

**"Se você focaliza nos resultados,
você nunca irá mudar. Se você
focaliza em mudar, você obterá
resultados."**

(Jack Dixon)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradecemos a Deus pela vida auferida e pela saúde que nos propiciou a realização deste trabalho.

Queremos agradecer aos maiores exemplos de vida que temos, os nossos pais. A estes, também, por nos ter dado o caminho de nossas vidas para chegarmos até aqui.

Às nossas irmãs pelo apoio dado, pela amizade e pelo presente que é sermos seus irmãos.

Às nossas companheiras Charlene e Andréia, por compreenderem os momentos de ausência, que foram necessários, durante a nossa jornada acadêmica e, também, pela paciência, o carinho, o companheirismo e o amor que nos foi fundamental.

Aos amigos que estiveram ao nosso lado para nos proporcionar bons momentos em suas companhias.

Ao professor Gilberto Brondani, que além de nosso orientador, foi um mestre e amigo ao transmitir seus conhecimentos para a concretização deste trabalho.

A todos os mestres, desde nossos primeiro aprendizados, até este momento, pelo conhecimento, apoio e amizade que nos foram dados.

Ao Sr. Odilo Pedro Marion e a toda equipe da empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda pela acolhida e oportunidade de realizarmos este estudo nesta empresa.

Enfim a todas as pessoas que direta ou indiretamente nos auxiliaram e colaboraram para a elaboração deste trabalho de graduação.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	viii
LISTA DE FIGURAS	ix
LISTA DE ANEXOS	x
LISTA DE ABREVIATURAS	xi
1 INTRODUÇÃO	1
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	4
2.1 A contabilidade	4
2.1.1 Evolução histórica da contabilidade	4
2.1.2 A Contabilidade como ciência	7
2.1.2.1 Regimes contábeis	10
a) Regime de caixa	10
b) Regime de competência	11
c) Regime misto	12
2.1.3 A Contabilidade no cenário atual	13
2.1.4 A Contabilidade gerencial	15
2.2 Demonstrações contábeis	16
2.2.1 Balanço patrimonial	18
a) Ativo	19
b) Passivo	21
2.2.2 Demonstração do resultado exercício - DRE	22
a) Receitas	23
b) Despesas	25
2.2.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados – DLPA	26

2.2.4 Demonstração de origens e aplicações de recursos – DOAR	26
a) Origens de recursos	27
b) Aplicações de recursos	29
2.2.5 Demonstração do fluxo de caixa – DFC	30
2.2.5.1 O que é a demonstração do fluxo de caixa	30
2.2.5.2 Histórico da DFC	34
2.2.5.3 Estruturação da DFC	35
a) Disponibilidades	35
b) Atividades operacionais	36
c) Atividades de investimento	36
d) Atividades de financiamento	37
2.2.5.4 Utilização da DFC	37
2.2.5.5 Limitações da DFC	40
2.2.5.6 Comparativo entre DOAR e DFC	41
2.2.5.7 Métodos de apresentação	43
a) Método direto	43
b) Método indireto	44
2.3 Orçamento	46
2.3.1 Necessidades e funcionalidades	48
2.3.2 Orçamentos precedentes	50
2.3.3 Orçamento de caixa	54
2.3.3.1 Orçamento de contas a receber	56
2.3.3.2 Orçamento de créditos de fornecedores	57
2.3.3.3 Orçamento de financiamentos nacionais e empréstimos bancários a amortizar	58

2.3.3.4 Orçamento de ordenados, salários e encargos a pagar	58
2.3.3.5 Orçamento de impostos a recolher	59
2.3.3.6 Orçamento de participações estatutárias e dividendos a pagar	60
2.3.3.7 Orçamento de contas a pagar	61
3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO	62
3.1 O Orçamento da DFC na empresa	62
3.1.1 Orçamentos precedentes	63
3.1.1.1 Orçamento de vendas	63
3.1.1.2 Orçamento de matérias-primas e compras	66
3.1.1.3 Orçamento de mão-de-obra direta	67
3.1.1.4 Orçamento de despesas comerciais e administrativas	68
3.1.1.5 Orçamento de investimentos no ativo permanente	69
3.1.2 Orçamento de caixa	69
3.1.2.1 Orçamentos parciais	70
a) Orçamento de contas a receber	71
b) Orçamento de créditos de fornecedores	72
c) Orçamento de financiamentos nacionais e empréstimos bancários a amortizar	74
d) Orçamento de ordenados, salários e encargos a pagar	75
e) Orçamento de impostos a recolher	76
f) Orçamento de participações estatutárias e dividendos a pagar	80
g) Orçamento de contas a pagar	80
3.1.2.2 Orçamento da DFC	80
3.2 Comparativo orçado x realizado	82

4 CONCLUSÃO	88
BIBLIOGRAFIA	90
ANEXOS	

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Sazonalidade dos produtos marca Agrimec	64
QUADRO 2 – Orçamento de vendas	65
QUADRO 3 – Orçamento de compras	66
QUADRO 4 – Orçamento de mão-de-obra direta	67
QUADRO 5 – Orçamento de despesas comerciais e administrativas	68
QUADRO 6 – Orçamento de contas a receber	72
QUADRO 7 – Orçamento de créditos de fornecedores	74
QUADRO 8 – Orçamento de salários e encargos a pagar	76
QUADRO 9 – Orçamento de impostos a recolher - ICMS/IPI	78
QUADRO 10 – Orçamento de impostos a recolher – Outros	79
QUADRO 11 – DFC Orçada outubro e novembro de 2.003	81
QUADRO 12 – Comparativo orçado x realizado – outubro	83
QUADRO 13 – Comparativo orçado x realizado – novembro	86

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – O fluxo de caixa é o produto final da integração do Contas a Receber com o Contas a Pagar	31
FIGURA 2 – Fluxo de recursos através da empresa	32

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A – Balancete do mês de outubro de 2.003	94
ANEXO B – Balancete do mês de novembro de 2.003	99

LISTA DE ABREVIATURAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CCL	Capital Circulante Líquido
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
COFINS	Contribuição para Financiamento da Seguridade Social
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DFC	Demonstração do Fluxo de Caixa
DLPA	Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados
DMPL	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido
DOAR	Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
FAS	<i>Financial Accounting Standard</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standard Board</i>
FINAME	Financiamento de Máquinas e Equipamentos
FRS	<i>Financial Reporting Standart</i>
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IOB	Informações Objetivas
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica

ISSQN	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
PIS	Contribuição para o Programa de Integração Social
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
S/A	Sociedades Anônimas

1 INTRODUÇÃO

As constantes mudanças mundiais, sejam elas culturais ou tecnológicas, nos remeteram ao presente cenário econômico em que a importância de ser competitivo é vital para a sobrevivência das empresas. A busca por alternativas, idéias e ferramentas que otimizem o desempenho destas deve ser constante e fazem parte do dia-a-dia da contabilidade, sendo esta voltada para o planejamento, à estratégia e ao processo de tomada de decisões.

Com a atual estrutura econômica mundial, onde a concorrência é elevada, as empresas buscam constantemente possibilidades e formas de utilizar-se de ferramentas, que venham a contribuir para estas deterem um diferencial em relação às demais.

As práticas utilizadas pelas empresas visam a constituição de valor, para estas e para o meio em que ela está inserida, incluindo sócios, funcionários e sociedade em geral. Conjuntamente a isto a empresa anseia por seu crescimento no mercado, atuando sempre em busca de melhorias que venham a retornar em aumento de participação no mercado, aumento do número de clientes, melhor gerenciamento de negócios, melhor rentabilidade, crescimento social, enfim, todos os fatores que venham a garantir ou proporcionar à esta uma melhor relação com o mercado e seu conseqüente crescimento.

O contador está devidamente ligado a esta visão da empresa, de melhoria e crescimento. Sendo assim, ele deve agir como propulsor de idéias, relator de propostas, pois está concentrada nele uma gama muito grande de informações obtidas através da contabilidade.

Devido a este dispor de dados contábeis e financeiros, deverá saber utilizá-los como ferramenta gerencial de previsão de futuro e análise de desempenho da empresa, proporcionando informações fidedignas aos administradores e diretores, sendo a mola mestra do processo decisório.

Para isto, uma das ferramentas gerenciais passíveis de utilização pelas empresas, dentre as inúmeras ferramentas contábeis, está a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), enquanto relatora das projeções e variações pertinentes às finanças das empresas.

Com isto, trabalhar-se-á a Demonstração do Fluxo de Caixa, como ferramenta de apoio gerencial aos administradores e sócios da empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda, uma indústria de implementos agrícolas, fundada em 1.985 na cidade de Santa Maria, estado do Rio Grande do Sul, objetivando a ampliação da área industrial da empresa Agrimec Agro Industrial e Mecânica Ltda, fabricante dos produtos marca Agrimec. Entretanto, esteve inativa de suas atividades até o ano de 2.002, quando houve grande crescimento nos mercados agroindustriais.

Assim, chega-se ao objeto de estudo deste trabalho, a Demonstração do Fluxo de Caixa, e o questionamento que norteia o discorrer deste: A utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa, bem

como sua projeção e análise comparativa com a demonstração realizada são relevantes como ferramentas de gestão para a empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda?

Com isto, busca-se implementar a Demonstração do Fluxo de Caixa nesta empresa, construindo um modelo de projeção a ser utilizado por esta, continuamente, em suas atividades. Com a finalidade de comprovar a eficiência desta demonstração na empresa, foram feitas as projeções orçamentárias da DFC para os meses de outubro e novembro de 2.003, e análise comparativa entre os valores orçados e realizados neste período, verificando a relevância desta ferramenta para a empresa, na normalidade de suas atividades, agregando informações ao processo decisório dos sócios e administradores desta.

Para atingirmos os objetivos propostos, num primeiro momento, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, objetivando a construção de um referencial teórico, sustentado por autores que se dedicam ao estudo da Contabilidade, de Orçamentos Empresariais e da Demonstração do Fluxo de Caixa. Num segundo momento, a metodologia utilizada foi uma pesquisa de campo, com enfoque no método Estudo de Caso, na empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda. A coleta de dados foi realizada através de relatórios contábeis, no Programa Prosoft Gold, utilizado para contabilização de suas atividades, mensurando e analisando estes por meio de planilhas eletrônicas.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 A contabilidade

2.1.1 Evolução histórica da contabilidade

Pode-se dizer que a Contabilidade existe desde que o homem, pisando a face da Terra, principiou a preocupar-se com suas posses: animais, escravos, etc. Nos primeiros tempos da Humanidade havia apenas o senso do coletivo em tribos primitivas. O estabelecimento de um habitat permitiu a organização da agricultura e do pastoreio.

A organização econômica acerca do direito do uso do solo acarretou em separatividade, rompendo a vida comunitária, surgindo divisões e o senso de propriedade. Assim, cada pessoa criava sua riqueza individual como destaca Iudícibus (1997, p. 30) acerca do início da Contabilidade “o homem primitivo, ao inventariar o número de instrumentos de caça e pesca disponíveis, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade.”

Ao morrer, o legado deixado por esta pessoa não era dissolvido, mas passado como herança aos filhos ou parentes. A herança recebida dos pais (*pater, patris*), denominou-se patrimônio. O termo passou a

ser utilizado para quaisquer valores, mesmo que estes não tivessem sido herdados. À medida que o homem enriquecer e constituía seu patrimônio houve a necessidade do controle efetivo deste a fim de preservar-se de perdas ou outros eventos que o onerassem sem seu conhecimento.

O primeiro método utilizado pela contabilidade àquela época foi o inventário, ou seja, a contagem física de seus bens, organizados por semelhanças: animais, metais, escravos, etc.

A palavra “conta” tem aí sua origem pois designa o agrupamento de itens da mesma categoria.

Os registros destes inventários eram feitos pela figura do que se estava controlando, com a quantidade de itens, sendo os primeiros registros de valores vindos de cerca de 6.000 antes de Cristo pelos Egípcios, onde também foram encontradas contas de receita e despesas confrontadas a fim da obtenção de um resultado.

A obra de Frei Luca Pacioli, que viveu na Toscana, no século XV, marca o início da fase moderna da Contabilidade. A obra de Pacioli não só sistematizou a Contabilidade, como também abriu precedente que para novas obras pudessem ser escritas sobre o assunto. É compreensível que a formalização da Contabilidade tenha ocorrido na Itália, afinal, neste período instaurou-se a mercantilização sendo as cidades italianas os principais interpostos do comércio mundial.

As necessidades de agregar-se conhecimento sobre o Patrimônio enquanto objeto da Contabilidade trouxe uma revolução no

pensamento contábil, principalmente pelos pensadores vindos da Itália.

Passou-se de um pensamento empírico sobre as matérias relacionadas à contabilidade para um científico, de maneira uniforme, através da mudança no entendimento contábil, de seus modos de gerar informações úteis através de suas mensurações dos dados registrados.

Houve a evolução do entendimento das contas, não simplesmente pela sua natureza e saldo, mas, sim, o que aquele conjunto de dados fornecia de subsídios à geração de informação útil e relevante bem descrito por Sá (1997, p. 59) "amadurecidas as idéias sobre a matéria contábil, disciplinados muitos conceitos e encontradas muitas definições, construída estava a ponte entre o empirismo e o científico".

Com isso inicia-se a literatura científica em contabilidade com grandes autores como Francesco Villa e a criação de diversas Doutrinas do Pensamento Contábil, a saber: Materialismo Substancial (Francesco Villa), Personalismo (Giuseppe Certoni), Controlismo (Fábio Bésta), Reditualismo (Eugen Schmalenbach), Aziendalismo (Alberto Cecherelli, Gino Zappa) e o Patrimonialismo (Vicenzo Masi).

Foi a Itália o primeiro país a fazer restrições à prática da Contabilidade por um indivíduo qualquer. O governo passou a somente reconhecer, como contadores, pessoas devidamente qualificadas para o exercício da profissão.

Seguindo a evolução da humanidade, a contabilidade veio criando novos modelos, aperfeiçoando-se constantemente, conforme progredia o comércio mundial, os modos de fabricação, as Revoluções

Industrial e Tecnológica, sempre acompanhada de grandes pensadores, que escreveram novas teorias fundamentando novas idéias e técnicas para a contabilidade, contribuindo para esta passar do título de Técnica para Ciência, as Ciências Contábeis.

No Brasil, a vinda da Família Real Portuguesa incrementou a atividade colonial, exigindo – devido ao aumento dos gastos públicos e também da renda nos Estados – um melhor aparato fiscal. Para tanto, constituiu-se o Erário Régio ou o Tesouro Nacional e Público, juntamente com o Banco do Brasil (1808). As Tesourarias de Fazenda nas províncias eram compostas de um inspetor, um contador e um procurador fiscal, responsáveis por toda a arrecadação, distribuição e administração financeira e fiscal.

2.1.2 A contabilidade como ciência

É a ciência do patrimônio, que objetiva o controle deste através da captação de dados, registro e análise crítica destes sob a ótica do pensamento contábil a fim de que um dado registrado seja convertido em informações úteis aos seus usuários.

Para Marion (1998, p. 24):

Todas as movimentações possíveis de mensuração monetária são *registradas* pela contabilidade, que, em seguida, resume os dados registrados em forma de relatórios e os entrega aos interessados, em conhecer a situação da empresa. Esses interessados, através de relatórios contábeis, recordam os fatos acontecidos, analisam os resultados obtidos, as causas que levaram àqueles resultados e tomam decisões em relação ao futuro.

O autor salienta de forma muito oportuna o fato da informação contábil ser de relevância para o usuário tomar suas decisões, o que caracteriza a finalidade de um sistema contábil criado a partir das necessidades e anseios de seus usuários.

Os registros contábeis de atos e fatos administrativos são processados em partidas duplas, para que estes obtenham um grau de precisão maior, inibindo divergências que possam ocorrer com as partidas simples. Porém estas ainda são utilizadas em entidades com contabilidade mais simplificada onde há apenas registros em livro-caixa de suas operações.

Estes métodos de registro são os modelos utilizados em contabilidade no qual, as partidas simples dão a possibilidade de registrar-se uma parte do fato, a débito ou a crédito de uma conta contábil. Já no método das partidas dobradas¹ há a necessidade do registro possuir iguais valores a débito e a crédito, definindo deste modo, a igualdade que simboliza o Balanço Patrimonial, a demonstração contábil principal.

Este último nos dá uma maior segurança da igualdade entre origens e aplicações dos recursos, de que o total de bens e direitos (saldos contábeis devedores) correspondem exatos ao mesmo valor das obrigações (saldos contábeis credores) contidas no Patrimônio.

Débito e crédito são determinantes da natureza dos saldos das contas contábeis e descrevem o comportamento destes em relação aos registros realizados dos fatos ocorridos; sendo assim, as contas contábeis, que são o conjunto de descrição de sua utilidade e saldo dos

¹ "O nome 'partidas dobradas' deriva do fato de que cada transação é lançada duas vezes, tendo em vista dois aspectos." (MOTT, pág. 9 - 1996)

itens do Patrimônio, possuem saldos de natureza devedora ou credora conforme ocorrem os fatos que modificam quantitativamente e/ou qualitativamente o conteúdo patrimonial.

Braga (1999) esclarece de forma simples o que significam débito e crédito, afirmando estes como sinais convencionais, que indicam soma e/ou subtração de valores na escrituração contábil da empresa.

As contas contábeis são separadas, segundo a escola Patrimonialista, o que é usado atualmente, divididas em Contas Patrimoniais e Contas de Resultado. As primeiras são as que determinam o conteúdo do patrimônio em situação estática num determinado momento; sendo este dividido em Ativo, com contas de saldo devedor, contemplando os bens, tangíveis e intangíveis, e direitos que a empresa possui em relação a terceiros, constituindo as aplicações de recursos; e Passivo, com contas de saldo credor, demonstrando as obrigações que este Patrimônio tem com terceiros, bem como com os sócios ou proprietário dele, num grupo específico chamado Patrimônio Líquido, constituindo as origens dos recursos. Já nas contas de resultado demonstram-se todas as variações que influenciam diretamente o valor total do Patrimônio, tanto para aumentá-lo com contas de saldo credor, constituindo as receitas auferidas, quanto para reduzi-lo, sendo estas as contas de saldo devedor, de despesas, custos e perdas.

Atualmente, a contabilidade no Brasil é normatizada por princípios, normas, postulados e convenções contábeis editadas por órgãos independentes reguladores, sendo alguns destes: Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Conselhos Regionais de

Contabilidade (CRCs – divididos em cada unidade da federação), Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

2.1.2.1 Regimes contábeis

Nos registros realizados pela contabilidade existem duas formas de determinação do momento do fato ocorrido e sua conseqüente contabilização. No momento em que há movimentação financeira na empresa (regime de caixa) e, no evento de consumo e entrega de bens e da prestação de serviços, independente do recebimento ou pagamento de tais valores (regime de competência).

Segundo Sá (1993) a temática contábil desde cedo separou os critérios de considerar os custos, gastos e receitas e os situou de duas formas, o regime de caixa e o regime de competência.

a) Regime de caixa

O regime de caixa é utilizado por algumas empresas sem fins lucrativos, bem como empresas com uma contabilidade mais simplificada, efetuando seus registros apenas no livro-caixa.

Este regime é de valia para a determinação da movimentação de disponibilidades, porém não trabalha com provisões, o que dificulta a análise de cenários futuros para os itens do patrimônio, pois não há

controle contábil dos valores a pagar ou a receber, sendo estes apenas registrados no momento de sua quitação, não levando em consideração o momento econômico do fato, mas sim o financeiro.

Para Franco (1996) na apuração dos resultados do exercício, quando há apenas a consideração de pagamentos e recebimentos efetuados, temos o regime de caixa. Ainda nesta obra o autor afirma que este regime é admissível em entidades sem fins lucrativos, em que os conceitos de receita e despesa se identificam, algumas vezes com os de recebimento e pagamento.

b) Regime de competência

Dentre os regimes contábeis de apuração de resultado, o regime de competência é o mais utilizado, sendo este determinado através dos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos, pela legislação mercantil através da Lei 6.404 de 1976 e através da legislação tributária no Regulamento do Imposto de Renda de 1.999 (RIR/99).

Segundo Franco (1996) quando registramos o que é de sua competência, sem considerar se foram pagos ou recebidos, fica figurado o regime chamado de competência, o que indica o oposto ao observado no regime de caixa, não havendo observância da movimentação financeira na empresa, mas sim o fato econômico gerado, o que foi consumido ou recuperado (Braga, 1999), o que ocasionou uma mutação patrimonial.

Para as empresas, há a determinação para este tipo de conduta pela legislação pertinente ao Imposto de Renda, de âmbito federal, bem como na legislação comercial no artigo 177 da Lei 6.404/76 que assim discorre: “A escrituração da companhia será mantida em registros permanentes (...) devendo observar métodos ou critérios contábeis uniformes no tempo e registrar as mutações patrimoniais segundo o regime de competência.”

Em relação ao disposto no RIR/99, tem-se no seu artigo 247 que as pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real deverão apurar o lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições da Lei 6.404/76, ou seja, como descrito acima, a obediência ao regime de competência para o registro dos fatos ocorridos.

c) Regime misto

Este tipo de regime é, na verdade, uma utilização mútua dos regimes de caixa e competência. Este, figura-se principalmente, em entidades públicas, nas quais é observado o regime de caixa para as receitas e o regime de competência para as despesas, não proporcionando assim que despesas do exercício corrente sejam computadas em exercícios futuros, podendo influenciar outras gestões de governo.

2.1.3 A contabilidade no cenário atual

A constante evolução em que a contabilidade progrediu teve sempre sua impulsão no crescimento econômico. Estas fases econômicas, em cenários diversos, trouxeram, à contabilidade, exigências cada vez maiores quanto à necessidade de informações mais relevantes para a tomada de decisão por parte de seus usuários.

Conforme já mencionado, a evolução desta, do empirismo ao patamar de ciência, ocorreu lentamente e isto se deve ao fato de que, se a evolução social e econômica não houvesse, ainda, exigido desta, maiores desafios sendo esta gradativa e vagarosa, passando pela invenção da moeda, da imprensa, das primeiras máquinas industriais etc., porém foi de fundamental importância para a chegada ao nível de conhecimento agregado atual no desenvolvimento da matéria contábil.

Devido à evolução acelerada da economia no último século, principalmente nos Estados Unidos, no início da segunda década, a atenção à evolução contábil transferiu-se para este país, que criou as megacorporações que necessitavam e exigiam uma nova evolução na informação gerada pela contabilidade que pudesse corresponder com a evolução do mercado continuamente, capaz de compreender nas informações geradas, ferramentas úteis embasadoras das decisões futuras tomadas por seus usuários conforme afirmou, com destreza, Crepaldi (1998, p. 18):

Antigamente, a contabilidade tinha por objetivo informar ao dono qual foi o lucro obtido numa empreitada comercial. No capitalismo moderno, isso somente não é suficiente. Os sindicatos precisam saber qual a capacidade

de pagamento de salários, o governo demanda a agregação de riqueza à economia e à capacidade de pagamento de impostos, os ambientalistas exigem conhecer a contribuição para o meio ambiente, os credores querem calcular o nível de endividamento e a possibilidade de pagamento das dívidas, os gerentes das empresas precisam de informação para subsidiar o processo decisório e reduzir as incertezas, e assim por diante.

Com base no disposto acima pelo autor, este conclui uma nova visão para o objetivo da contabilidade como sendo o de planejar e colocar em prática um sistema de informações para uma organização capaz de suprir a demanda gerada por todos os seus usuários.

Toda essa evolução trouxe novas teorias, novas técnicas, novos relatórios fornecidos pela contabilidade que, segundo Iudícibus & Marion (2000) deu origem ao que alguns chamam de Escola Contábil Norte-americana.

Novas visões para a contabilidade, novas extensões da matéria, com especializações diversas, para formar vários modelos de profissionais foram surgindo com a história da contabilidade. Nestes novos aspectos surgem contabilidades mais evoluídas como a Contabilidade Gerencial, a Auditoria, a Controladoria etc., cada uma com suas técnicas e mercados diferenciados, atendendo a diferentes usuários, com carências específicas em relação à informação que desejam obter.

2.1.4 A contabilidade gerencial

Segundo Crepaldi (1998, p. 18) "Contabilidade Gerencial é o ramo da Contabilidade que tem por objetivo fornecer instrumentos aos administradores das empresas que os auxiliem em suas funções gerenciais."

Deste modo, a parte gerencial de uma empresa está subsidiada de informações formuladas segundo suas necessidades, especificando os pontos mais relevantes diante do tipo de entidade e do tipo de administração e gestão para a qual a contabilidade gerencial está prestando seus serviços.

Ainda conceituando a contabilidade gerencial temos na obra de Iudícibus (1998, p. 21) as seguintes definições:

A contabilidade gerencial pode ser caracterizada, superficialmente, como um enfoque especial conferido a várias técnicas e procedimentos contábeis já conhecidos e tratados na contabilidade financeira, na contabilidade de custos, na análise financeira e de balanços etc., colocados numa perspectiva diferente, num grau de detalhe mais analítico ou numa forma de apresentação e classificação diferenciada, de maneira a auxiliar os gerentes das entidades em seu processo decisório.

A contabilidade gerencial, num sentido mais profundo, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, procurando suprir informações que se 'encaixem' de maneira válida e efetiva no modelo decisório do administrador.

A partir dos enfoques acima descritos, tem-se a contabilidade gerencial como uma 'prestadora de serviços' específicos à administração da entidade devido à sua especialidade de flexibilizar-se

diante de cada necessidade gerencial, adaptando-se aos moldes do processo decisório, criados pela alta administração, podendo este ser auxiliado pelo Contador no que estes julgarem de valia para uma certeza maior na decisão baseada solidamente em análises criteriosas sobre a matéria ou projeto que se estuda.

Sendo assim, essa participação do Contador no processo decisório é defendida por alguns autores, como Horngren (1985, p. 9) “O departamento de contabilidade tem a incumbência de prestar serviços especializados a outros administradores, inclusive aconselhamento e ajuda em matéria de orçamento, análise de variações, determinação de preços e tomada de decisões especiais”.

O autor esclarece a obrigação do Contador Gerencial e sua equipe servindo de suporte de informações e análises fidedignas para os demais departamentos da empresa, servindo de base à cada decisão tomada não havendo, ou reduzindo significativamente, a margem de erro nas escolhas promovidas em âmbito gerencial.

2.2 Demonstrações contábeis

Seguindo o objetivo da contabilidade, que é a geração de informações, foram criadas peças contábeis denominadas Demonstrações Contábeis que visam, em seus diversos aspectos, demonstrar, aos usuários da contabilidade, a situação da empresa em determinada data sob enfoques diversos: o enfoque da estática patrimonial no Balanço Patrimonial, o resultado auferido ao fim de

um período de tempo na Demonstração do Resultado do Exercício, as variações ocorridas nas disponibilidades da empresa na Demonstração do Fluxo de Caixa, etc.

Existem inúmeras demonstrações contábeis, cada uma com sua estrutura, enfoque, informação gerada e utilidades bem particulares, sendo algumas exigidas na legislação mercantil brasileira, determinadas na Lei 6.404/76, a saber:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado do Exercício (DRE);
- Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL);
- Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR).

Há também as notas explicativas, que tem como objetivo o de complementar as demonstrações supracitadas, com o dever de particularizar os critérios e procedimentos utilizados pela empresa na elaboração de suas demonstrações contábeis (Braga, 1999)

Juntamente a estas estabelecidas em lei, há uma gama de demonstrações contábeis utilizadas para fins gerenciais, suprimindo os usuários da contabilidade com informações adicionais, sendo exemplos a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), Demonstração do Valor Adicionado (DVA), Balanço Social, Balanço Ambiental, etc.

2.2.1 Balanço patrimonial

Dentre as demonstrações contábeis até hoje conhecidas e utilizadas como ferramenta de informação, o Balanço Patrimonial constitui-se na mais reconhecida e mais importante delas, pois nele figura a relação de igualdade de um patrimônio, como define Ribeiro (1991, p. 229) "O Balanço Patrimonial é a demonstração financeira que evidencia, resumidamente, o Patrimônio da entidade, quantitativamente e qualitativamente".

Há neste demonstrativo a evidenciação de todas as contas patrimoniais que possuem saldo, ou seja, o total dos itens constantes no patrimônio da empresa em determinada data, sendo do lado esquerdo deste, o Ativo, com bens e direitos, constituindo o lado positivo, as aplicações de recursos e no lado direito, o lado negativo, estão evidenciadas as obrigações com terceiros, o Passivo, e com os sócios, o Patrimônio Líquido, perfazendo um total de mesmo valor do Ativo, constituindo a igualdade estática de um patrimônio em uma data-base igual para todos os itens.

A legislação comercial em vigor define através da Lei 6.404/76 em seu artigo 176 a obrigatoriedade da elaboração desta demonstração e no artigo 178 disciplina sua estruturação básica.

a) Ativo

No Ativo de um Patrimônio há o registro a débito de bens, direitos, sejam estes tangíveis ou intangíveis, que representem valor útil à entidade, estando atendidos alguns requisitos para isto, já que, segundo Iudícibus (1997, p. 104), assim o são:

1. o ativo deve ser considerado à luz de sua propriedade e/ou à luz de sua posse; normalmente as duas condições virão juntas;
2. precisa estar incluído no ativo, em seu bojo, algum direito específico a benefícios futuros (por exemplo, a proteção à cobertura de sinistro, como direito como contraprestação ao prêmio de seguro pago pela entidade) ou, em sentido mais amplo, o elemento precisa apresentar uma potencialidade de serviços futuros (fluxos de caixa futuros) para a entidade;
3. o direito precisa ser exclusivo da entidade; por exemplo, o direito de transportar uma mercadoria da entidade por uma via expressa, embora benéfico, não é ativo, pois é geral, não sendo exclusivo da entidade.

Do descrito acima elucidam-se os critérios para que um ativo seja passível de registro na contabilidade, deixando claros alguns aspectos importantes, como o registro no caso de propriedade e posse ou apenas uma dessas condições observadas, ampliando a mensuração e controle, por exemplo, de estoques de terceiros em poder da entidade ou estoque desta em poder de terceiros, ou seja, itens do patrimônio de uma sob posse de um terceiro e vice-versa.

Segundo Iudícibus & Marion (2000) ativo é o conjunto de bens e direitos à disposição da administração. Assim há a reafirmação da condição deste estar à disposição para a entidade, fazendo com que

este cumpra um papel característico de utilidade, tanto na possibilidade de estar sob propriedade quanto apenas em posse da entidade.

Ainda Marion (1998) define ativo como sendo o conjunto de bens e direitos de propriedade da empresa, sendo os itens positivos do patrimônio, que trazem benefícios e proporcionam ganho para a empresa.

Porém Iudícibus & Marion (2000) ainda defendem que estas definições tradicionais de ativo não caracterizam o que efetivamente o ativo representa para a empresa, sendo assim há ainda dois tópicos a serem salientados quanto à classificação de ativos:

- a natureza do que está sendo definido;
- a mensuração do item.

Sendo assim, há ainda a necessidade de avaliação criteriosa do Contador, profissional especializado para tal, sobre itens a serem ou não mensurados e registrados nos ativos do patrimônio.

O Ativo, segundo a legislação comercial vigente deve ser subdividido da seguinte maneira, classificando-se as contas em ordem decrescente de liquidez:

- Ativo circulante;
- Ativo realizável a longo prazo;
- Ativo permanente, dividido em investimentos, imobilizado e diferido.

b) Passivo

Neste grupo contábil incluído no Balanço Patrimonial estão as obrigações com terceiros, que a empresa constitui através da captação de recursos, prazos recebidos para pagamentos etc., integrando o total de origens de capitais com relação a pessoas e entidades que, em relações financeiras e comerciais, constituíram créditos a serem recebidos da entidade.

Segundo Braga (1999, p. 78):

Serão classificados no passivo circulante os débitos de funcionamento e de financiamento da empresa, isto é, as obrigações assumidas pela empresa para a realização de suas operações (dívidas contraídas junto a fornecedores, salários devidos a empregados e os respectivos encargos sociais, os impostos devidos sobre as operações realizadas etc.) e as obrigações assumidas por financiamentos obtidos (empréstimos junto a instituições financeiras).

Inserido no Passivo, porém constituindo um grupo bem específico, está o Patrimônio Líquido que contempla os valores internos da empresa e com seus sócios e proprietários. Neste grupo estão mensurados os valores que os sócios investiram na empresa, reservas de capital e de lucros, bem como o registro dos lucros auferidos ou prejuízos sofridos cumulativamente pelos períodos em que a empresa vem efetuando suas operações, ou seja, a cada vez que há a confrontação do total de receitas com o total de despesas de um mesmo período, transferindo os saldos desta para o Patrimônio Líquido em conta específica, com a finalidade da apuração do

resultado, sendo geralmente, cada período do exercício social coincidente com o ano civil.

Em relação ao grupo Patrimônio Líquido, Braga (1999, p. 79) afirma que “Integram o patrimônio líquido as contas representativas dos capitais próprios, que registram os recursos provenientes de sócios ou acionistas bem como suas variações em decorrência dos resultados da gestão econômico-financeira da empresa”.

De acordo com o disposto do artigo 178, § 2º da Lei 6.404/76, o Passivo subdivide-se em:

- Passivo circulante;
- Passivo exigível a longo prazo;
- Resultados de exercícios futuros;
- Patrimônio líquido, dividido em capital social, reservas de capital, reservas de reavaliação, reservas de lucros e lucros ou prejuízos acumulados.

2.2.2 Demonstração do resultado do exercício - DRE

Esta demonstração evidencia todas as alterações que um Patrimônio sofre ao passo que as decisões são tomadas pelos administradores em determinada gestão. Estão discriminados, nesta, os valores que causaram aumento do Patrimônio, as receitas e ganhos com saldos credores, e os valores que determinaram a redução deste, contemplando custos, despesas e perdas, com saldos devedores.

Através do confronto destes, há a apuração do resultado de um período específico de tempo, o exercício social, da empresa, podendo constituir lucro do período (total de receitas e ganhos superior ao total de custos, despesas e perdas) trazendo acréscimo ao patrimônio, ou o contrário deste, o prejuízo, causando a redução deste.

Segundo Braga (1999, p. 91):

A demonstração do resultado do exercício deve apresentar o resumo das variações positivas (receitas e ganhos) e negativas (custos, despesas e perdas), ocorridas em determinado período de tempo, normalmente no exercício social, em função da exploração das atividades operacionais da empresa.

A Lei 6.404/76 em seu artigo 187 descreve como esta demonstração deve ser elaborada determinando os tópicos a serem evidenciados e o conteúdo específico a cada um dos grupos de receitas e despesas.

a) Receitas

As receitas constituem a parte positiva da Demonstração do Resultado do Exercício, evidenciando os valores correspondentes à entrada de dinheiro ou à constituição de um direito da empresa em relação a terceiros.

Portanto, entende-se as receitas como valores que agregam positivamente o Patrimônio, aumentando seu valor.

As principais operações que se constituem em receitas estão ligadas diretamente à atividade fim da empresa, ou seja, conforme Ribeiro (1991, p. 55) "decorrem da venda de Bens e da prestação de serviços."

Segundo Iudícibus (1997, p. 146) "Uma questão controvertida é o que incluir na definição de receita", porém este mesmo autor em outra obra (1998, p. 66) bem define de maneira geral o que se contempla em relação à receita:

Entende-se por receita a entrada de elementos para o ativo, sob forma de dinheiro ou direitos a receber, correspondentes, normalmente, à venda de mercadorias, de produtos ou à prestação de serviços. Uma receita também pode derivar de juros sobre depósitos bancários ou títulos e de outros ganhos eventuais.

Entre as principais operações constituintes de receita estão:

- receitas de venda de produtos, mercadorias e serviços;
- juros recebidos;
- aluguéis recebidos;
- participações acionárias em outras sociedades;
- outros valores que agregam valor ao Patrimônio.

b) Despesas

Em contrapartida ao aumento patrimonial provocado pelas receitas auferidas, está o decréscimo deste através da constituição de despesas.

Para fins didáticos deste trabalho, compreende-se *despesa*, englobando as despesas, os custos e as perdas, a fim de facilitar seu entendimento geral.

Sucintamente Ribeiro (1991) define despesa como sendo em decorrência do consumo de bens e da utilização de serviços.

Mais aprofundadamente Iudícibus (1997) afirma que despesa representa a utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas, o que bem evidencia a funcionalidade que justifica uma despesa, ou seja, a finalidade de gerar uma receita sendo que esta não existiria sem aquela, como Iudícibus (1997) descreve o grande fator, gerador de despesa, como sendo o esforço continuado para produzir receita.

As despesas de uma empresa acontecem das maneiras mais diversas, sendo bem mais numerosas que as receitas, exemplificando:

- custos dos produtos, mercadorias e serviços vendidos;
- despesas de âmbito administrativo;
- impostos e encargos sociais;
- salários e remuneração aos sócios (pró-labore);
- juros pagos sobre empréstimos;
- depreciação, amortização e exaustão de bens duráveis da empresa;

- quaisquer outros valores redutores do Patrimônio.

2.2.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados - DLPA

Esta demonstração visa evidenciar as variações na conta de Lucros ou Prejuízos Acumulados constante no Patrimônio Líquido da empresa.

Para Iudícibus *et all* (1994, p. 557) a DLPA “nada mais representa do que uma mera transcrição, de forma ordenada e racional, da conta de razão Lucros ou Prejuízos Acumulados.”

A DLPA está estabelecida pela Lei 6.404/76 no artigo 186, onde se determina que esta deverá discriminar:

- o saldo inicial do período, eventuais ajustes e correções monetárias;
- as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício;
- as transferências para reservas, os dividendos, a parcela de lucro incorporada ao capital e o saldo final do período.

2.2.4 Demonstração de origens e aplicações de recursos - DOAR

A Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) visa demonstrar as modificações na posição financeira da empresa, fazendo a diferença entre operações de financiamento e investimento, obtendo através do confronto das origens de recursos e as aplicações

dadas a estas, o Capital Circulante Líquido (CCL) da empresa em determinada data.

Para Braga (1999) esta origina-se basicamente de uma análise das variações ocorridas na posição financeira, de ativos e passivos circulantes. Isto dá-se ao disposto no *caput* do artigo 188 da Lei 6.404/76 onde afirma-se que esta demonstração “indicará as modificações na posição financeira da companhia”.

Em seu conteúdo, a DOAR evidencia as variações do Capital Circulante Líquido através das movimentações das partes ‘não-circulantes’ do Balanço Patrimonial, que engloba o Ativo Realizável a Longo Prazo, Ativo Permanente, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido, demonstrando como cada variação nestes sub-ítem afetaram positivamente ou negativamente o CCL.

Esta é uma demonstração mais abrangente que a Demonstração do Fluxo de Caixa, pois mensura não só as disponibilidades mas o total da movimentação financeira da empresa, principalmente através do Capital Circulante Líquido que esta determina.

a) Origens de recursos

As origens de recursos para uma empresa são o pulmão desta, pois sem capacidade de investir a empresa não consegue realizar seus projetos. Sendo assim, para que um novo negócio se inicie ou um novo projeto tenha a capacidade de concretizar-se, sempre há a necessidade de capacidade de investimento neste.

Segundo Iudícibus *et all* (1994) as origens de recursos são representadas pelos aumentos no Capital Circulante Líquido.

Para fins de elaboração da DOAR, as origens ocorrem nos momentos de aumento de um passivo de longo prazo ou de um ativo de curto prazo, e diminuição de um ativo de longo prazo ou de passivo de curto prazo.

Existem duas maneiras genéricas para a obtenção de recursos: os recursos próprios, de origem nos sócios ou proprietários da empresa, que estão investindo seu capital pessoal com a finalidade da obtenção de um retorno satisfatório, e nos recursos gerados pelas operações da empresa, quanto esta obtêm lucros; e, os recursos de terceiros, que são as captações externas, das diversas formas que a empresa pode obter, vendas de itens do ativo imobilizado, prazos de pagamento a fornecedores e financiamentos junto a instituições financeiras de longo prazo etc.

Mas para tanto a empresa cria, a cada valor captado para satisfazer suas necessidades, uma obrigação, com os sócios ou com terceiros, que ficam mensuradas no grupo contábil do Balanço Patrimonial denominado Passivo até que este valor seja devolvido ao seu agente emprestador com os devidos acréscimos, se houverem.

A Lei das Sociedades Anônimas (Lei 6.404/76) disciplina em seu artigo 188 a composição da DOAR, sendo assim o sub-item que discorre sobre as origens de recursos a divide em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação dos resultados de exercícios futuros;

- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo, redução do ativo realizável a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado.

b) Aplicações de recursos

Neste item da DOAR estão mensuradas as variações negativas em relação ao CCL, o que indicará a parte negativa desta demonstração, sendo representadas pelas diminuições do Capital Circulante Líquido (Iudícibus *et all*, 1994).

No entanto, estas representam que cada aplicação feita com as origens captadas anteriormente constitui-se num valor de propriedade da empresa por um determinado tempo, como: valores em moeda nacional e estrangeira, estoques, prazos concedidos a clientes, constituindo direitos sobre estes de curto prazo, alienação de investimentos em outras sociedades, ou seja, itens que geraram acréscimo financeiro de curto prazo para a empresa.

No caso das aplicações, os fatos mutantes do CCL, que se caracterizam como tal, ocorrem ao contrário do que nas origens, sendo estes os aumentos de ativos de longo prazo ou de um passivo de curto prazo e diminuição de um ativo de curto prazo ou de um passivo a longo prazo.

A divisão estabelecida para as aplicações de recursos pela Lei 6.404/76, assim disciplina em seu artigo 188:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e direitos do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;

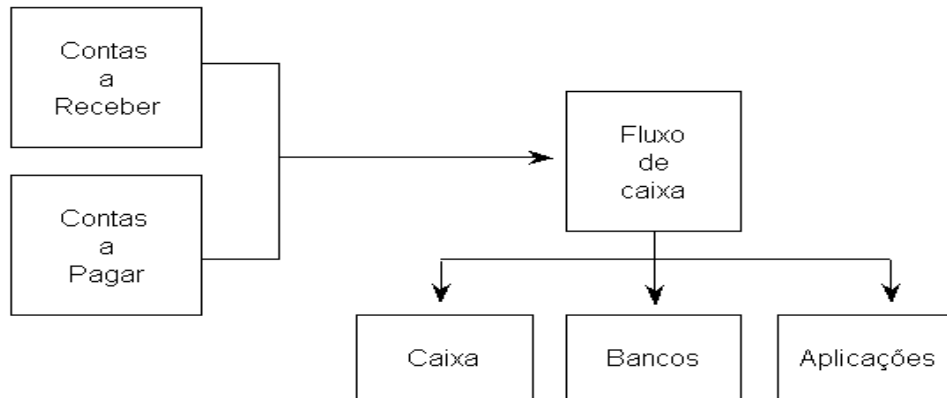
2.2.5 Demonstração do fluxo de caixa – DFC

2.2.5.1 O que é a demonstração do fluxo de caixa

Antes de entender a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), deve-se primeiro saber de que se trata “Fluxo de Caixa”.

Segundo Matarazzo (1997) fluxo significa movimento, logo, pode-se afirmar que fluxo de caixa representa a movimentação financeira das disponibilidades. Classificando, neste caso, *caixa* como sendo sinônimo de disponibilidade, compreendendo neste os montantes representados pelos saldos das contas caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata, sendo esta última considerada as aplicações datadas com vencimento em no máximo noventa dias.

Figura 1 – O fluxo de caixa é o produto final da integração do Contas a Receber com o Contas a Pagar.



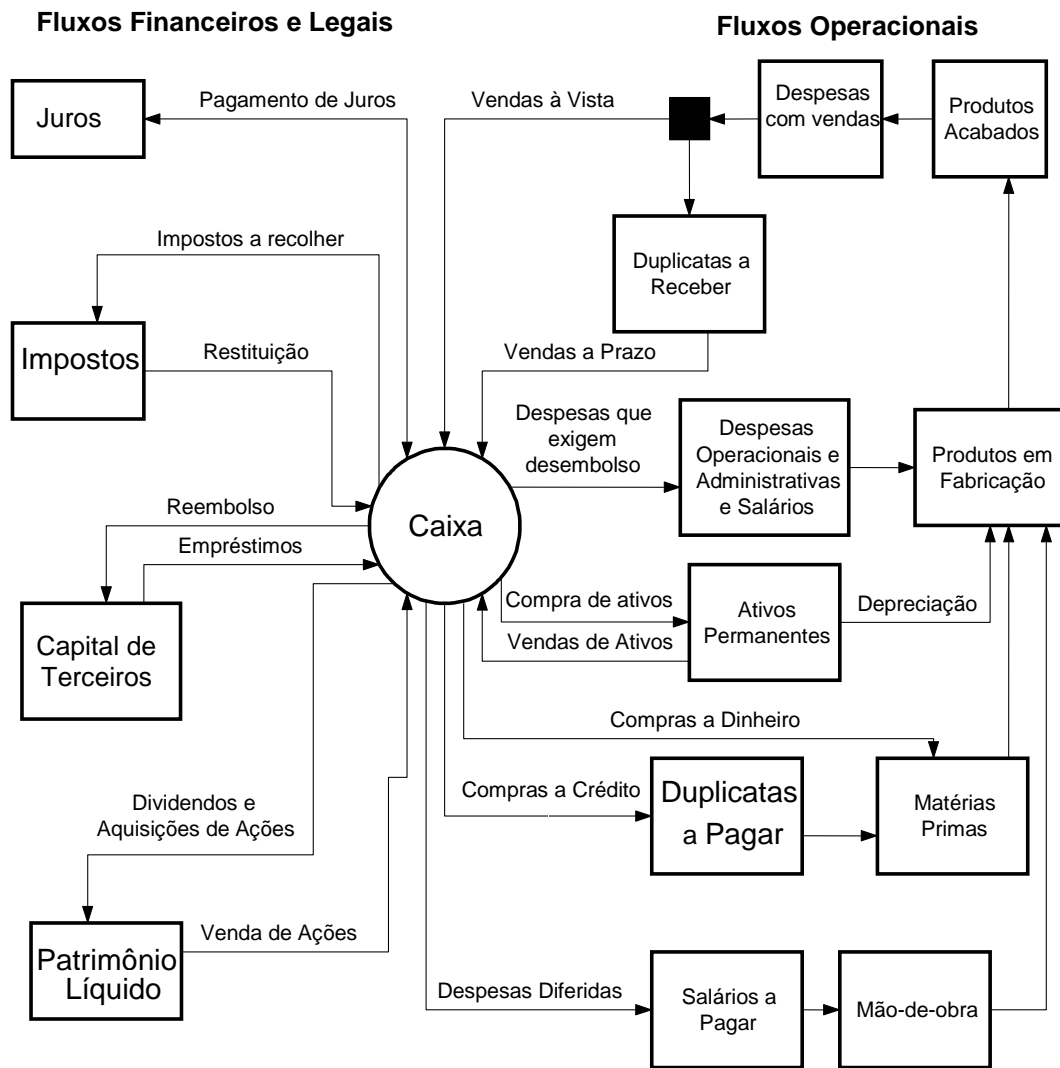
Fonte: Sá *apud* Rosa & Silva (2002, p. 86)

Rosa & Silva (2002, p. 86), apresenta o Fluxo de Caixa como sendo:

(...) um retrato fiel da composição da situação financeira da empresa. É imediato e pode ser atualizado diariamente, proporcionando ao gestor uma radiografia permanente das entradas e saídas de recursos financeiros da empresa. O fluxo de caixa evidencia tanto o passado como o futuro, o que permite projetar, dia a dia, a evolução do disponível, de forma que se possam tomar com a devida antecedência, as medidas cabíveis para enfrentar a escassez ou o excesso de recursos.

A seguir, tem-se uma ilustração da movimentação de recursos na empresa.

Figura 2 - Fluxo de recursos através da empresa



Fonte: Gitman *apud* Thiesen (2000, p. 11)

A Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) é um demonstrativo financeiro que tem por finalidade facilitar o entendimento sobre as informações que enfocam o caixa, pois ela indica a origem e o destino dos recursos financeiros que transitaram pelo caixa, e, entre outras contribuições, ela também permite uma análise mais segura da

situação financeira das entidades e serve de argumento para embasar as opiniões de analistas financeiros.

Assim como a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos (DOAR), a DFC visa identificar as modificações financeiras ocorridas na entidade, entretanto a posição financeira é tratada a curto prazo, sendo que esta avalia a movimentação e o saldo do disponível, onde incluem-se as contas já citadas.

Marion (2001, p. 62) diz que “a Demonstração dos Fluxos de Caixa indica, no mínimo, as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos”.

Sintetizando, pode-se dizer que a DFC demonstra as causas da variação do disponível.

Se associar o fato da facilidade de entendimento da DFC, com a dificuldade demonstrada por grande parte dos usuários das demonstrações financeiras de interpretar as informações baseadas no conceito de Capital Circulante Líquido (CCL), que é visualizada através da DOAR, perceber-se os motivos que fizeram com que muitos países substituíssem as demonstrações do fluxo do CCL por outras que retratam as movimentações ocorridas no caixa das entidades.

No Brasil, apesar dos estudos já realizados sobre o assunto, e o entendimento de que se trata de uma ferramenta valiosíssima para a gestão financeira e para o processo decisório das empresas, ainda não foi aprovada a alteração da Lei das S/A, com a adoção DFC como um demonstrativo obrigatório, vindo este a substituir a DOAR. Com isso,

sua utilização é exclusivamente de uso interno das entidades, e, sua abordagem é quase sempre esquecida nas obras que tratam sobre as demonstrações contábeis.

2.2.5.2 Histórico da DFC

Conforme exposto por Filho (1999) entre a metade do século XV até os trinta anos do século XX, a contabilidade apresentava demonstrativos sobre Fluxo de Caixa das empresas e a geração operacional líquida de fundos de caixa.

A partir dessa data, esses demonstrativos foram sendo deixados de lado, devido às necessidades que as entidades passaram a ter em saber o quanto de lucro contábil e conseqüente lucro por ação estavam sendo produzidos. Com isso, as demonstrações contábeis passaram a focar o resultado obtido pelas empresas.

Em 1977, a FASB (*Financial Accounting Standard Board*) que é o comitê de padrões de contabilidade financeira existente nos Estados Unidos, passou a estudar a DFC e, dez anos depois, em novembro de 1987, lançou o modelo FAS nº 95 que trata sobre as normas e a estrutura da DFC, sendo que este modelo está sendo adotado como padrão mundial.

2.2.5.3 Estruturação da DFC

O modelo FAS nº 95 estruturou a DFC em quatro grandes grupos a saber:

- Disponibilidades;
- Atividades operacionais;
- Atividades de investimentos;
- Atividades de financiamento.

Essa estrutura é de fácil entendimento e serve para qualquer porte ou tipo de empresa, seja ela uma indústria ou uma prestadora de serviços (Filho, 1999).

Filho (1999, p. 26), assim dispõe os quatro grandes grupos da DFC, no modelo que está se tornando um padrão mundial:

a) Disponibilidades:

- Caixa;
- Bancos conta corrente;
- Aplicações de alta liquidez.

Aqui são expostos o montante do caixa, o saldo do banco e das aplicações financeiras com vencimento em até três meses (noventa dias).

b) Atividades operacionais

Recebimentos operacionais de:

- Clientes;
- Rendimentos de aplicações financeiras;
- Juros de empréstimos concedidos;
- Outros recebimentos.

Pagamentos operacionais de:

- Fornecedores;
- Salários e encargos;
- Tributos;
- Outros pagamentos.

Apresentam-se aqui, basicamente as contas de resultado.

c) Atividades de investimento

- Aplicações financeiras superiores a três meses;
- Empréstimos concedidos;
- Participações em outras empresas;
- Bens pertencentes ao imobilizado das entidades.

Neste grupo estão representados os valores que compõe o Ativo Permanente das entidades.

d) Atividades de financiamento

- Empréstimos bancários;
- Financiamentos / leasing;
- Recursos próprios;
- (-) Dividendos pagos.

Aqui são apresentados os ingressos de capital de terceiros na entidade, bem como o montante de dividendos pagos, expresso em uma conta redutora.

Nos países do Reino Unido, a exigência da DFC surgiu em março de 1992 com a publicação do FRS 01 (*Financial Reporting Standard*), que possui os mesmos objetivos e critérios do FAS nº 95.

No Brasil, conforme apresentado, ainda não houve a regulamentação da DFC como uma demonstração obrigatória.

2.2.5.4 Utilização da DFC

A crescente complexidade do processo administrativo leva os gestores a buscarem, incansavelmente, alternativas para superar os desafios encontrados no seu dia-a-dia. A escassez de recursos

financeiros e o elevado custo para sua captação, juntamente com a falta de planejamento e controle, têm contribuído para que muitas empresas encerrem suas atividades.

Para o bom gerenciamento de recursos, é necessário saber se orientar através das demonstrações contábeis, conhecer o verdadeiro potencial da empresa e projetar cenários futuros. Para Zdanowicz (1988, p. 15):

A vida de uma empresa não pode simplesmente ficar ao sabor dos acontecimentos futuros. Se assim agir, corre o risco de mergulhar em crises ou sucumbir definitivamente. Crises são inevitáveis, mas não imprevisíveis. É preciso preparar o futuro. Para isso, não basta apenas estimar, mas tanto quanto possível, mudar até mesmo o curso de ações. É preciso antever situações ou, em contrapartida, conhecer melhor as condições favoráveis para explorar ao máximo suas potencialidades, e isto é viável através do fluxo de caixa.

A DFC é uma ferramenta gerencial indispensável para qualquer atividade financeira, pois conforme Smith *apud* Filho (1999) nenhuma empresa quebra por falta de lucro, mas sim por falta de caixa. Segundo ele, o que importa é o volume de caixa, pois os balanços apresentam apenas as opiniões dos auditores e não os fatos, com isso pode-se entender que uma má administração do Fluxo de Caixa pode acarretar em problemas de insolvência, o que vem a complementar a afirmação de Hendriksen *apud* Filho (1999) de que a necessidade de se desenvolver o Demonstrativo de Fluxo de Caixa surge a partir da complexidade das organizações, cujas atividades operacionais provocam disparidades entre o período em que elementos de receitas e despesas são apresentados e o período em que eles realmente ocorrem.

Estas disparidades, que podem trazer grandes prejuízos para as empresas, não são identificadas pelos Demonstrativos Financeiros utilizados que a legislação vigente considera como obrigatórios.

Para Drucker *apud* Filho (1999, p. 20) “O crescimento precisa de mais caixa e menos capital. Se a nova empresa mostra um lucro, este é uma ficção; um lançamento contábil colocado apenas para ajustar as contas. E desde que os impostos sejam pagos baseados nesta ficção, ele cria uma obrigação e não um superávit”.

As decisões antecipadas pelo planejamento estratégico devem ser evidenciadas em seus aspectos futuros, em todas as áreas da empresa, principalmente através do orçamento de caixa, que dará suporte à busca de meios menos onerosos para suprimento das necessidades e mais rentáveis para investimento dos excessos de recursos financeiros, visando a maximização dos resultados, conforme podemos verificar na obra de Iudícibus & Marion (2000, p. 221):

A DFC propicia a elaboração de um planejamento financeiro, de forma que não ocorra excessos de caixa, mas que se mantenha o montante necessário para fazer face aos compromissos imediatos. Também permite que se saiba quando buscar empréstimos para cobrir a insuficiência de fundos, bem como quando aplicar no mercado financeiro o excesso de recursos.

Para Matarazzo (1997), os principais objetivos da Demonstração do Fluxo de Caixa são propiciar a avaliação das alternativas de investimentos, bem como os reflexos financeiros decorrentes das decisões tomadas, prevenir situações de iliquidez e certificar que os excessos momentâneos estão sendo devidamente aplicados.

A Demonstração do Fluxo de Caixa é, definitivamente, uma ferramenta de suporte gerencial-estratégico, capaz de suprir as necessidades dos gestores quanto ao conhecimento das disponibilidades atuais da empresa e suas projeções, permitindo uma análise da saúde financeira da empresa e possibilitando um real planejamento que segundo Gomes & Martinewski (2001, p. 74) é a “tomada de decisão antecipada”.

2.2.5.5 Limitações da DFC

Conforme verificado, a informação do caixa é altamente relevante para a gestão das empresas, sendo muitas vezes defendida com argumentos que insinuam dar mais importância a DFC do que a informação lucro.

No tocante ao exagero na defesa da informação caixa, defrontando esta com a informação lucro, Iudícibus e Marion (2000, p. 221) relatam:

Na verdade, o que existe é uma estreita relação entre as informações elaboradas sob a ótica do caixa e do resultado, sendo que essas abordagens se diferenciam, basicamente, pelo momento do reconhecimento dos seus efeitos sobre o patrimônio.(...) Ambos registram ‘saída’ verificada no patrimônio, considerada em momentos distintos, de acordo com os Regimes de Caixa e de Competência respectivamente.

Com esta afirmação, verifica-se a incapacidade da DFC fornecer informações precisas sobre o lucro e os custos da empresa, devido ao

fato dessas informações serem provenientes de demonstrativos baseados no Regime de Competência.

Iudícibus & Marion (2000) ressaltam, também, que apesar da informação sobre o caixa ser aparentemente tão exata e objetiva, ela é passível de manipulações da mesma forma que os demais demonstrativos elaborados pelo Regime de Competência.

Utilizando-se de artifícios legais, tais como atraso no pagamento de fornecedores, compras com prazos mais esticados ou acelerando o recebimento de clientes, pode-se apresentar um fluxo de caixa altamente satisfatório, porém, o fato não se repetirá nos períodos seguintes, e, como os relatórios contábeis não são acompanhados com informações suplementares, sejam informações históricas ou preditivas, a DFC não atinge integralmente a todos os interesses dos usuários de sua informação.

2.2.5.6 Comparativo entre DOAR e DFC

Tanto a DOAR como a DFC apresentam o mesmo objetivo: indicar a situação financeira da entidade e a diferença entre as duas demonstrações está na abrangência de cada uma. A DOAR, com sua complexidade de interpretação, conforme citada anteriormente, visa demonstrar as condições do Capital Circulante Líquido (CCL) e o comprometimento financeiro a médio e a longo prazo, tornando-se uma informação de grande relevância para os usuários externos que

tem acesso aos relatórios e que tenham planos de investir na entidade, ou já o fazem.

Por outro lado, temos a DFC, demonstrando um maior número de informações sobre a movimentação financeira da entidade, permitindo uma análise mais detalhada sobre sua situação, onde podemos verificar quando haverá necessidades ou folgas de recursos a curto prazo, o que é de grande valia para o gerente financeiro.

Pelos motivos apresentados acima, Iudícibus & Marion (2000) consideram as duas demonstrações necessárias, pois cada uma permite a análise das condições financeiras em períodos diferentes, complementando uma a outra, o que vai de encontro com o apresentado na obra Matarazzo (1997, p. 387), onde a DOAR é colocada como sendo desnecessária, e, classificada como sendo “muito pobre para análise”.

Embora tenha feito essa colocação, Matarazzo (1997) cita a possibilidade de aperfeiçoamento da DOAR, deixando-a com um grau de informação mais detalhada, fazendo com que ela possibilite, além da análise a médio e a longo prazo, também uma análise a curto prazo, permitindo, dessa forma, a verificação do mesmo grau de informação que encontramos na DFC.

2.2.5.7 Métodos de apresentação

O FASB (*Financial Accounting Standard Board*), através da FAS nº 95, demonstra duas formas de apresentação do fluxo de caixa, uma decorrente do método direto e a outra pelo método indireto.

As empresas que decidirem não mostrar os recebimentos e os pagamentos, como é necessário no método direto, deverão relatar a mesma importância de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais, ajustando o lucro líquido para reconciliá-los, e, dessa forma apresentando a DFC pelo método indireto.

a) Método direto

Por este método, a DFC evidencia todos os pagamentos e recebimentos das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.

Para se utilizar deste método deve-se ter em mãos, discriminado em seus montantes, as contas de recebimento e pagamento da entidade.

Segundo Filho (1999), este método também é conhecido como a abordagem das contas T (*T Account Approach*), que consiste em classificar os recebimentos e pagamentos, utilizando as partidas dobradas, tendo como vantagem permitir a geração de informações com base em critérios técnicos livre de qualquer interferência da legislação fiscal.

Filho (1999), apresenta ainda como sendo vantagens da elaboração da DFC pelo método direto, a facilidade com que a cultura de administrar pelo caixa é introduzida na empresa, os critérios técnicos que são utilizados para classificar os recebimentos e os pagamentos, bem como a disponibilidade diária que podem ser apresentadas as informações sobre o caixa. No entanto, o custo adicional e a falta de experiência dos profissionais da área contábil e financeira para classificar os recebimentos e os pagamentos são as desvantagens na utilização deste método.

b) Método indireto

O método indireto consiste na demonstração dos recursos provenientes das atividades operacionais, a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado, mas que não modificam o caixa da empresa.

Iudícibus & Marion (2000) apresentam em sua obra as transações que não afetam o caixa, e que para a elaboração da DFC pelo método indireto devem ser ajustados com o lucro líquido para não haver distorções no demonstrativo, conforme segue a baixo:

- Depreciação, Amortização e Exaustão – são contas redutoras de ativo que não afetam o caixa;
- Provisão para devedores duvidosos – estimativa de provável perda com clientes que não representam desembolso para a empresa;

- Reavaliação – embora haja normalmente aumento do valor do Ativo Permanente e do Patrimônio Líquido (PL), pela atualização (valor de mercado) não apresenta desembolso do caixa;
- Acréscimos ou diminuições de Itens de Investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial – poderão haver aumentos ou diminuições desses itens de investimentos sem significar que houve vendas ou novas aquisições.

Devido a apresentação do lucro líquido ajustado, a apresentação da DFC pelo método indireto se assemelha muito com a DOAR, carregando consigo a mesma facilidade de montagem e a mesma dificuldade de compreensão que são encontradas na DOAR.

Iudícibus & Marion (2000) consideram o método indireto como sendo tecnicamente correto, porém o fato desse método trabalhar com conceitos abstratos, o que afeta a clareza das informações, ele passa a não ser a maneira mais adequada para elaboração da DFC, dessa forma, os referidos autores, consideram o método direto a melhor maneira de elaborar a DFC.

Para Filho (1999), o baixo custo e a facilidade com que é elaborado, são os pontos positivos na utilização da DFC pelo método indireto, mas esse modelo sofre influências da legislação fiscal, e, o tempo necessário para gerar as informações (resultado contábil) para a elaboração desse método, poderá acarretar em surpresas desagradáveis tardiamente.

2.3 O orçamento

Os sistemas de planejamento e orçamento são extremamente importantes no auxílio no controle de fluxos financeiros, estabelecendo limites máximos e mínimos a serem alcançados, objetivos, metas e planos a serem cumpridos em um determinado tempo.

Estes sistemas, que são combinações de fluxos de informações e processos administrativos, organizam e coordenam as decisões e as atividades dos funcionários de uma organização (Merchant *apud* Gomes & Martinewski, 2001).

O processo orçamentário consiste na previsão, no planejamento de resultados, elaborado com base em pensamentos futuros de metas, visão, missão da empresa estabelecendo assim, a disciplina nas atividades da empresa, tanto dos funcionários quanto dos processos, convergindo sempre para o alcance das determinações previstas no orçamento.

Segundo Sanvicente & Santos (1983, p. 16):

Planejar é estabelecer com antecedência as ações a serem executadas, estimar os recursos a serem empregados e definir as correspondentes atribuições de responsabilidades em relação a um período determinado, para que sejam alcançados satisfatoriamente os objetivos porventura fixados para uma empresa e suas diversas unidades.

Planejar é decidir antecipadamente, pensar em como será o futuro e nas ações que nele serão executadas, tornando-se proativo, conforme

Gomes & Martinewski (2001, p. 73) "um processo de planejamento eficaz torna o sistema de controle proativo e não apenas reativo, ajudando os gerentes a modelar o futuro e não, apenas, a responder às condições encontradas e a medir a performance observada."

Para Sanvicente & Santos (1983, p. 24) "é melhor planejar com consciência do erro que possa estar sendo cometido do que simplesmente admitir o futuro como incerto e não fazer preparativos para enfrentá-lo."

O orçamento traduz-se num planejamento financeiro, onde nele estão contidos os valores a serem buscados como metas, estabelecendo limites mínimos de receita e máximos de despesas e investimentos.

Sendo assim, há a viabilidade de acompanhamento contínuo dos valores orçados confrontados com os valores realizados em determinado período, possibilitando dessa forma ajustes a serem feitos em problemas ocorridos e a otimização dos resultados favoráveis obtidos.

Para Sanvicente & Santos (1983) as vantagens de se criar, utilizar e manter um orçamento são compreendidos no fato de que os objetivos e políticas para a empresa sejam fixados, na existência de uma integração entre os planos elaborados individualmente, na criação de metas quantificadas e limitadas no tempo para cada administrador, na delegação de responsabilidades a níveis inferiores, na identificação dos pontos de eficiência e ineficiência e na otimização da utilização dos recursos.

Porém estes autores (1983) observam algumas limitações ao orçamento, a saber: os dados orçamentários são apenas estimativas e sujeitam-se a erros e incertezas, o custo de implantação e manutenção do sistema orçamentário e, no caso de empresas com alta autoritariedade, este torna-se inviável, devido à impossibilidade de delegação de autoridade e conseqüente responsabilidade.

2.3.1 Necessidades e funcionalidades

Os orçamentos são peças utilizadas pelas empresas como ferramentas de planejamento de futuro para seu crescimento ordenado, através da previsão de utilização e obtenção de recursos medidos monetariamente e determinados como metas a serem alcançadas.

Todo o projeto que, sendo elaborado de forma antecipada, através do planejamento, obtém uma probabilidade maior de lograr êxito, pois antes mesmo de seu início, pensa-se todas as possibilidades de êxito ou fracasso, variáveis que podem influenciar o projeto, riscos a serem corridos etc. Portanto, este projeto torna-se possível de implantação com certa segurança sobre seu andamento e resultado

Do mesmo modo, uma empresa, desejando alcançar os objetivos e metas determinados pela diretoria e alta administração deverá prever o futuro de suas atividades, como afirma Sobanski (1994, p. 16) "antevista a possibilidade de criar uma boa situação ou intervir favoravelmente nos acontecimentos futuros, planeja-se para isso."

Para tanto, o orçamento exerce vital influência, pois descreve quantitativa e monetariamente as metas da empresa em auferir receitas estabelecendo um mínimo a ser atingido e como esta irá aplicar esses recursos determinando limites para despesas e investimentos.

Nele há possibilidades de ordenar o caminho da empresa, pois terá um objetivo a buscar, claramente determinado, e, deverá utilizar-se dos meios possíveis para tal, na forma constante no próprio orçamento.

Rosa & Silva (2002, p. 84) fazem alusão à necessidade de planejar-se, através da comparação de que “administrar uma empresa sem planejar suas atividades é como pilotar uma aeronave sem fazer o plano de vôo: fica-se sujeito a um pouso forçado a qualquer momento e lugar, podendo apenas sofrer um grande susto ou ter destruição total”.

Em tratando-se o orçamento como peça de auxílio à gestão, uma de suas funcionalidades principais, além da previsão de objetivos e limites, é tornar-se base comparativa ideal, visando controlar as necessidades de melhora e os pontos fortes a serem otimizados na empresa, buscando sempre a excelência nas operações e resultados obtidos.

O controle proporcionado pelo orçamento dá-se através do comparativo dos valores orçados com os valores efetivamente realizados pela empresa, em suas operações, dentro de um determinado período, podendo-se localizar os focos de problemas e buscar soluções mais rapidamente, não vindo a ocorrerem repetições de tais divergências.

Porém os comparativos devem atentar para as divergências significativas que, segundo Welsch *apud* Sanvicente & Santos (1983, p. 27) denomina este princípio de "administração por exceção".

Para Sanvicente & Santos (1983) é necessário que hajam critérios para uma diferença entre orçado e realizado ser considerada significativa para empresa, como, por exemplo, admitir uma porcentagem mínima de distorção.

2.3.2 Orçamentos precedentes

A preparação dos orçamentos segue uma ordem lógica defendida pela maioria dos autores, havendo variações de um para outro, porém convergindo sempre para o início no orçamento de vendas.

Sobanski (1994) divide o orçamento numa seqüência que ora está adaptada ao presente trabalho começando pelo orçamento de vendas, passando pelos orçamentos de matérias-primas e compras, orçamento de mão-de-obra direta, de custos indiretos de fabricação, orçamento de despesas comerciais e administrativas, de investimentos no ativo permanente e, finalizando, no orçamento de caixa. O autor ainda escreve sobre os orçamentos de quantidades a produzir, despesas do edifício, da Demonstração do Resultado do Exercício e do Balanço Patrimonial, porém estes não são mensurados no presente trabalho devido a adaptação à realidade da empresa estudada e com o objetivo deste trabalho, que é o orçamento e análise da Demonstração do Fluxo de Caixa, através do seu método direto.

O orçamento de vendas dá-se através da projeção de quantidade e valores unitários a serem vendidos, constituindo um plano de vendas futuras da empresa, num período determinado (Sanvicente & Santos, 1983).

Os orçamentos subseqüentes são elaborados baseados no orçamento de vendas, pois as demais operações da empresa variam conforme variam os níveis de venda.

Este orçamento acaba por tornar-se o principal, desencadeando os demais, sendo de responsabilidade do executivo máximo dessa área de operações e necessita análise final e aprovação pela diretoria (Sanvicente & Santos, 1983).

Os mesmo autores (1983) definem para este orçamento a observação de variáveis de mercado consumidor, de produção, de mercado fornecedor e de trabalho e as variáveis inerentes aos recursos financeiros.

Após, no orçamento de matérias-primas e compras compõem-se os custos de fabricação dos produtos, visando a redução destes, englobando o do material adquirido, despesas dos processos de compras, despesas de manutenção de estoques e pela falta destes (Sobanski, 1994).

A abordagem mais simples para este orçamento, segundo Sobanski (1994, p. 34) dá-se desta maneira:

- a) obter a quantidade de produtos a fabricar-se no período a orçar;
- b) multiplicá-la pela quantidade padrão de consumo de matéria-prima por unidade de produto, obtendo a quantidade total de matéria-prima a consumir;

c) multiplicar b pelo custo médio unitário previsto para o período, obtendo o custo total da matéria-prima consumida.

Outro componente do custo direto de fabricação é a mão-de-obra direta que também merece observação através de orçamento específico.

O orçamento de mão-de-obra direta contempla os custos com pessoal ligado à produção, como define Sobanski (1994), sendo as horas diretamente despendidas no processo de transformação de matérias-primas ou no acoplamento de componentes para formação dos produtos.

Basicamente consiste na multiplicação do tempo médio de produção unitário pela quantidade produzida. Após, faz-se a multiplicação deste resultado pelo salário/hora² e, por último, soma-se as taxas de descanso semanal remunerado e outros encargos obtendo-se o custo total de mão-de-obra direta (Sobanski, 1994).

O último componente do custo de fabricação são os custos indiretos, que contemplam quaisquer outros custos que não possibilitem identificação direta com algum produto, necessitando serem rateados (divididos) conforme uma base de rateio determinada pela empresa, seguindo o método de custeio adotado por esta.

Para Sanvicente & Santos (1983, p. 91) "o orçamento de custos indiretos de produção consiste na projeção dessas despesas por período de tempo e agrupadas por responsabilidade", sendo as despesas referidas todos os gastos não capazes de alocação direta a um produto.

No orçamento das despesas administrativas e de vendas são orçadas todas as despesas correspondentes às áreas de vendas ou comercial e de suporte ou administrativas.

As despesas administrativas são predominantemente fixas³ (Sanvicente & Santos, 1983) baseando seus dados no que já foi ocorrido anteriormente, contemplando áreas de suporte como, direção, controladoria, administrativo, recursos humanos, etc.

Porém, no caso das despesas de vendas, estas são as entregas, divulgação e propaganda de produtos etc., e variam conforme oscilam os níveis de vendas em sua maioria, sendo que estas aumentam com o aumento de demanda e, conseqüentemente, de produção, e reduzem conforme estes também obtêm redução.

O último orçamento que antecede ao orçamento de caixa é o orçamento de investimentos em ativos permanentes.

Para Sobanski (1994, p. 57) devem ser observados sempre nas decisões sobre investimentos: “(1) evitar investimentos de capacidade ociosa; (2) evitar investimentos excessivos, isto é, que comprometam a situação financeira atual ou futura; (3) evitar investimentos de baixo retorno”.

Isto deve-se à influência gerada por um investimento deste porte, em bens de longo prazo utilizados para a geração de receitas por mais de um exercício social como imóveis, investimentos em outras empresas, veículos, máquinas industriais, móveis e utensílios, etc.

² Total dos custos com o funcionário dividido pela quantidade de horas de sua jornada.

³ Fixos e variáveis são nomenclaturas de custos, também utilizadas para despesas, designando a variação (variáveis) ou não (fixos) de seu total em relação ao volume de produção em determinado período. ELISEU MARTINS (1998, p. 56)

Estes devem ser elaborados observando sempre todas as possibilidades de risco, de necessidade do investimento etc., pois demandam vultosos recursos que, porventura, poderão comprometer a situação líquida da empresa bem como aumentar seu endividamento.

2.3.3 Orçamento de caixa

O orçamento de caixa finaliza, em matéria teórica, o assunto em relação a orçamentos realizados nas empresas, devido ao objetivo deste trabalho ser a projeção e análise dos Fluxos de Caixa da empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda.

A previsão relacionada ao caixa trata do total de disponibilidades da empresa, ou seja, o caixa, propriamente dito, e os saldos bancários de contas correntes e aplicações de liquidez imediata, como define Sobanski (1994) sendo o vocábulo ‘caixa’ empregado em acepção mais ampla, abrangendo também os saldos bancários de livre movimentação, incluindo numerários em trânsito entre as diversas agências.

A movimentação dos saldos das disponibilidades dá-se através da seguinte equação de Walter (1985, p. 52):

$$(SIC + I) - D = SFC$$

onde:

SIC = Saldo Inicial de Caixa

I = Ingressos

D = Desembolsos

SFC = Saldo Final de Caixa

Através desta equação básica dos fluxos de caixa, faz-se a divisão mais detalhada das nuances das disponibilidades para elaboração de uma projeção orçamentária e análise futura satisfatórias, que se adaptem à realidade de cada empresa, valorizando alguns itens mais relevantes para cada uma e, generalizando itens não tão importantes para o segmento de negócios em que a entidade está inserida.

O orçamento de caixa traz o controle das disponibilidades afim de otimizar sua captação, utilização, aplicação e saldo, sendo o saldo final já determinado segundo as políticas e necessidades de manutenção deste pela empresa. Sendo o saldo já determinado, tem-se a necessidade de orçar para verificar se ocorrem excessos ou insuficiências em relação à estes saldos (Sobanski, 1994).

Segundo Rosa & Silva (2002) o planejamento se faz uma necessidade para a empresa, contemplando todas as suas atividades, mas principalmente nas atividades da área financeira.

Ross *et all apud* Rosa & Silva (2002, p. 84) afirmam:

O planejamento financeiro determina as diretrizes de mudança numa empresa. É necessário porque (1) faz com que sejam estabelecidas as metas da empresa para motivar a organização a gerar marcos de referência para avaliação de desempenho; (2) as decisões de investimento e financiamento da empresa não são independentes, sendo necessário identificar sua interação; e (3) num mundo incerto a empresa deve esperar mudanças de condições, bem como surpresas.

Este instrumento de planejamento financeiro permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e

controlar os recursos financeiros (Zdanowicz *apud* Rosa & Silva, 2002).

Tem-se então a possibilidade de planejar, ordenadamente, os recursos financeiros da empresa, de modo satisfatório, segundo os objetivos pré-determinados nos orçamentos antecedentes já realizados pela administração, que foram abordados no tópico anterior.

Mas, devido ao fato de os orçamentos antecedentes ao de caixa tratarem de suas projeções em regime de competência, ou seja, não levando em consideração, somente, os valores que influenciam diretamente as disponibilidades, necessita-se uma adequação através de orçamentos parciais, que são elaborados segundo as políticas financeiras de recebimentos e pagamentos da empresa.

Os orçamentos parciais, segundo Walter (1985, p. 52) são:

- Orçamento de Contas a Receber;
- Orçamento de Créditos de Fornecedores;
- Orçamento de Financiamentos Nacionais e Empréstimos Bancários a Amortizar;
- Orçamento de Ordenados, Salários e Encargos a Pagar;
- Orçamento de Impostos a Recolher;
- Orçamento de Participações Estatutárias e Dividendos a Pagar;
- Orçamento de Contas a Pagar.

2.3.3.1 Orçamento de contas a receber

Este orçamento visa estabelecer qual será o saldo final de direitos com terceiros que ficarão em cobrança para o próximo período.

Segundo Walter (1985, p. 53) dá-se da seguinte maneira a estrutura deste orçamento:

1. Saldo Inicial
2. (+) Vendas
3. (-) Vendas à Vista
4. (-) Recebimentos no Trimestre
5. (-) Descontos Bancários
6. Saldo Final.

Adaptando a estrutura do autor à projeção a ser realizada na empresa Acespeças substitui-se o item “4. (-) Recebimentos no trimestre” em detrimento do período a ser orçado ser mensal e não trimestral, utilizando-se, então, ‘4. (-) Recebimentos no mês’.

2.3.3.2 Orçamento de créditos de fornecedores

Esse orçamento revela a previsão de compras, considerando os tributos IPI (Imposto sobre produtos industrializados) e o ICMS (Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços) no seu montante (Walter, 1985).

Neste calcula-se a movimentação de créditos com fornecedores e seus respectivos saldos nas obrigações da empresa, conforme a seguinte estrutura:

1. Saldo Inicial
2. (+) Compras (com IPI e ICMS)
3. (-) Pagamentos no mês

4. Saldo Final

2.3.3.3 Orçamento de financiamentos nacionais e empréstimos bancários a amortizar

Nesta projeção tem-se a avaliação de novas linhas de crédito para financiamento das atividades da empresa a serem buscadas e os valores a serem amortizados desses empréstimos no período orçado.

Orça-se, então, as entradas de dinheiro por empréstimos a serem adquiridos, bem como o pagamento de parcelas ou partes de outros já constantes entre as obrigações da empresa.

2.3.3.4 Orçamento de ordenados, salários e encargos a pagar

A projeção em questão visa a satisfação da folha de pagamento do período anterior, bem como orçamento do saldo de salários e encargos a serem pagos no próximo período.

Há casos de empresas que pagam os salários dos funcionários dentro do próprio mês de apuração da folha de pagamento, não observando assim, saldos de salários a pagar, mas somente os encargos constantes na folha de pagamento do período.

2.3.3.5 Orçamento de impostos a recolher

Os impostos devem ser orçados segundo os fatos ocorridos no mês anterior e que geraram a obrigação de pagamento para o mês em processo orçamentário.

Juntamente deve mensurar os impostos a serem pagos em período futuro que computará no saldo das obrigações tributárias, e os impostos pagos dentro do mês de apuração, como no caso do IPI (Imposto sobre produtos industrializados), que ocorre descendialmente.

A amplitude de impostos a serem orçados, segundo Walter (1985) é composta do IPI, ICMS (Imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços), PIS (Programa de integração social) e IRPJ (Imposto de renda pessoa jurídica). Porém, a realidade tributária brasileira atual é composta de vários outros tributos, a serem pagos pelas empresas, devendo, ainda, serem mensurados os seguintes tributos: COFINS (Contribuição para o financiamento social), CPMF (Contribuição permanente sobre movimentação financeira), CSLL (Contribuição social sobre o lucro líquido), IPVA (Imposto sobre a propriedade de veículos automotores), ITR (Imposto territorial rural), IPTU (Imposto sobre a propriedade territorial urbana), e ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza), assim como eventuais taxas a serem pagas pela empresa aos entes públicos.

Para tanto segue-se a seguinte estrutura, individualmente, por tributo:

1. Saldo inicial
2. Impostos do mês
3. Recolhimentos do mês
4. Saldo a recolher

2.3.3.6 Orçamento de participações estatutárias e dividendos a pagar

Há aqui o orçamento de participações dos empregados e sócios no resultado da empresa a serem pagos, bem como as efetivas distribuições ocorridas com as disponibilidades da empresa.

Este orçamento prevê as obrigações criadas pela empresa com seus sócios em relação aos resultados obtidos em determinado período, que podem estar explícitas no estatuto ou contrato, ou então, segundo as políticas da empresa.

Nestas, tem-se, também, as previsões de distribuição de resultados aos colaboradores segundo as políticas da empresa para tal assunto.

Além das previsões para este tipo de obrigação, o orçamento contempla os pagamentos destas a serem efetuados no período orçado, reduzindo o saldo a pagar desta.

2.3.3.7 Orçamento de contas a pagar

Este orçamento assemelha-se ao orçamento de créditos de fornecedores, pois prevê a projeção de créditos com terceiros, referente às despesas não pagas no período, assim como os pagamentos a serem efetuados.

Após todas essas projeções realizadas, tem-se, então, o efetivo orçamento de caixa que dar-se-á pela estrutura do método direto da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Assim, projeta-se o total de ingressos de disponibilidades, ou seja, as origens dos recursos disponíveis para manutenção das obrigações operacionais da empresa e aplicações financeiras a serem realizadas com os excedentes de caixa. Também há a projeção dos desembolsos a serem realizados para suprir as necessidades da empresa bem como a aplicação destes em novos projetos.

Segundo Sá *apud* Rosa & Silva (2002, p. 85) “quando se comparam as contas a receber com as contas a pagar, tem-se o fluxo de caixa projetado”.

A união de informações prestadas por todas as projeções orçamentárias realizadas torna possível a projeção financeira da empresa, ou seja, o orçamento de caixa.

3 DESENVOLVIMENTO PRÁTICO

3.1 O Orçamento da DFC na empresa

O orçamento de caixa, como já mencionado anteriormente, vem a auxiliar o gestor, administrador ou diretor da empresa no seu processo decisório.

A empresa em análise, Acespeças Acessórios e Peças Ltda, não detêm este tipo de ferramenta de gestão, porém está em processo de implementação de uma projeção, acerca do processo orçamentário necessário para o incremento do sistema de informações embasadoras do processo decisório.

O orçamento de caixa realizado neste trabalho é o primeiro realizado na empresa e visa a continuidade deste, demonstrando ao administrador a importância e a relevância das informações retiradas deste, para auxílio de sua gestão.

Faz-se oportuno enfatizar, que os valores aqui apresentados, foram todos multiplicados por um mesmo índice 'X', visando a preservação dos dados reais da empresa, sendo isto a pedido da mesma. Cabe salientar que este fato não acarretará em prejuízo para os objetivos deste trabalho.

3.1.1 Orçamentos precedentes

O processo orçamentário na empresa, como já abordado, segue uma seqüência lógica de desenvolvimento. Sendo assim a elaboração dos orçamentos precedentes ao orçamento de caixa, ou seja, os orçamentos operacionais da empresa, que englobam as atividades realizadas por esta na busca de seu objetivo final, serão realizados de forma adaptada à realidade da empresa e das necessidades do presente trabalho.

3.1.1.1 Orçamento de vendas

O orçamento de vendas da empresa em elaboração constante, não sofreu modificações em seus valores, respeitando assim, os dados recebidos desta.

O controle utilizado pela empresa para mensuração de suas vendas obedece a uma sazonalidade de venda de seus produtos, a qual está definida no quadro a seguir.

Quadro 1 – Sazonalidade dos produtos marca Agrimec

MESES DO ANO	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Plainas Niveladoras												
Plainas Niveladoras Laser												
Rolo Destorroador												
Rolo Faca												
Taipadeiras Hidráulicas												
Valetadeiras												
Bombas para Irrigação												
Caçamba Raspotransportadoras*												
Caçambinhas*												
Carretas Graneleiras												
Rebocador para Colheteira												
Distribuidor Centrífugo**												
Kit Abastecedor**												

* Implementos que não possuem um pico de vendas. As vendas destes se mantêm constantes o ano todo.

** Implementos agrícolas novos, que ainda não possuem sazonalidade definida, mas, conforme as suas aplicações, a empresa prevê seu pico de vendas no período marcado.

Fonte: Própria, 2003.

Esta variação de vendas nos produtos da marca reforça o embasamento para a projeção de vendas mensais realizadas pela empresa, que sendo assim determinou a seguinte projeção de vendas para os períodos de outubro e novembro.

Quadro 2 – Orçamento de vendas

Orçamento de Vendas Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro		Novembro	
	Projetado		Projetado	
	Quant.	TOTAL - R\$	Quant.	TOTAL - R\$
PLAINAS NIVELADORAS	16	275.000,00	12	188.000,00
PLAINAS NIVELADORAS LASER	0	-	3	34.000,00
ROLO DESTORROADOR	7	47.500,00	7	47.500,00
ROLO FACA	0	-	0	-
TAIPEDEIRAS HIDRÁULICAS	6	70.000,00	5	58.000,00
VALETEDEIRAS	5	31.800,00	3	18.900,00
BOMBAS PARA IRRIGAÇÃO	2	7.000,00	4	14.900,00
CAÇAMBA RASPOTRANSPORTADORA	1	10.300,00	1	10.300,00
CAÇAMBINHA	2	2.100,00	2	2.100,00
CARRETA GRANELEIRA	0	-	4	41.600,00
REBOCADOR PARA COLHETADEIRA	0	-	0	-
DISTRIBUIDOR CENTRIFOGO	3	2.700,00	2	1.800,00
KIT ABASTECEDOR	3	4.800,00	2	3.200,00
FATURAMENTO BRUTO	45	451.200,00	45	420.300,00

Fonte: Própria, 2003.

Através do orçamento realizado pela empresa, tem-se a perspectiva de faturamento para os dois meses, bem como a divisão deste por tipo de produto. Porém, cabe salientar que, estes são grupos de produtos, sendo que há dentro de cada um destes, vários tamanhos e modelos de implementos, mas para os fins a que se dá este orçamento não há a necessidade da amplitude deste abranger todos os produtos.

3.1.1.2 Orçamento de matérias-primas e compras

O orçamento de compras foi determinado pela empresa segundo sua política de estoques, projeção de vendas e capacidade de estocagem dos materiais.

A empresa mantém uma política de estoques que prima pela manutenção destes, sendo de apuração extra-contábil, devido à forma de tributação adotada por esta não necessitar de tal apuração para cálculo de seus tributos devidos, o Lucro Presumido para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Na planilha a seguir tem-se o cálculo, dos principais grupos de itens constantes dos estoques de matérias-primas utilizados pela empresa para industrialização dos implementos agrícolas.

Quadro 3 – Orçamento de compras

Orçamento de Compras Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro		Novembro	
	Projetado			
	Quant.	TOTAL - R\$	Quant.	TOTAL - R\$
MATERIAL		243.121,11		218.611,09
CHAPAS DE AÇO	50.000 Kg	78.692,27	45.000 Kg	71.223,23
FERRO REDONDO	10.500 Kg	28.627,78	10.000 Kg	27.036,52
FERRO CHATO	5.000 Kg	9.600,02	4.500 Kg	8.640,01
FERRO CANTONEIRA	11.000 Kg	17.929,99	10.000 Kg	16.300,00
TUBO	4.500 Kg	16.051,85	4.000 Kg	13.686,54
PNEUS - 1,60% do Fat. Mensal	1,60%	7.219,20	1,60%	6.724,80
MATERIAIS DIVERSOS*	-	85.000,00	-	75.000,00

* Parafusos, porcas, arruelas, retentores, rolamentos, tintas, cilindros hidráulicos, lâminas, arame mig (solda), etc.

Fonte: Própria, 2003.

Este orçamento realizado pela empresa, já inclui os valores referentes aos fretes de compras, constituindo assim o total do custo do produto adquirido.

Assim como, no orçamento de vendas, este foi realizado segundo cada tipo de matéria-prima, entretanto, para fins deste trabalho foi agrupado segundo os tipos de produtos semelhantes.

3.1.1.3 Orçamento de mão-de-obra direta

A empresa trabalha através da industrialização por uma terceira, que põe sua marca Agrimec. O acordo realizado entre estas estabelece a antecipação, nos primeiros dias do mês, o pagamento da mão-de-obra pela industrialização do mês corrente, ou seja, por exemplo, a industrialização do mês de outubro é paga nos primeiros dias de outubro, assim como para os demais meses.

Faz-se um planejamento dos implementos a serem produzidos no mês e então, com base no valor da hora trabalhada e no tempo gasto de produção, tem-se o valor da industrialização a ser pago.

No Quadro 4, estão estimados os valores a serem pagos, nos meses de outubro e novembro de 2.003, referente à mão-de-obra industrial encomendada pela empresa.

Quadro 4 – Orçamento de mão-de-obra direta

Orçamento de MOD Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro		Novembro	
	Projetado		Projetado	
	%	TOTAL - R\$	%	TOTAL - R\$
Faturamento orçado		451.200,00		420.300,00
MOD 5,60% do Faturamento Mensal	5,60%	25.267,20	5,60%	23.536,80
Gastos com Pessoal ligado a produção		8.207,39		8.165,36
TOTAL DE MOD		33.474,59		31.702,16

Fonte: Própria, 2003.

3.1.1.4 Orçamento de despesas comerciais e administrativas

O orçamento realizado pela empresa, indica a movimentação das despesas para os meses vindouros, outubro e novembro, levando em consideração a movimentação dos meses anteriores e as previsões de vendas, produção e outras atividades normais da empresa.

No Quadro 5 estão discriminadas as dotações orçamentárias para as despesas administrativas e de vendas, sendo estabelecidas como metas a serem cumpridas como máximo de gastos para os períodos.

Quadro 5 – Orçamento de despesas comerciais e administrativas

Orçam. de Desp. Com. e Adm. <u>Acespeças Acessórios e Peças Ltda</u>	Outubro	Novembro
	Projetado	Projetado
	TOTAL - R\$	TOTAL - R\$
DESPESAS C/VENDAS	0,00	0,00
DESPESAS C/PESSOAL	0,00	0,00
DESP. OPERAC./ADMINISTRATIVAS	5.725,20	5.413,20
PRÓ-LABORE DIRETORES	249,60	249,60
HONORÁRIOS PROFISSIONAIS	1.497,60	1.497,60
DESPESAS GERAIS ADM	3.978,00	3.666,00
MATERIAL DE EXPEDIENTE	15,60	15,60
PUBLICIDADE E PROPAGANDA	1.456,00	1.456,00
DESPESAS C/VEÍCULOS	624,00	624,00
DESPESAS C/CORREIO	72,80	72,80
CONSERVAÇÃO E REPAROS	520,00	520,00
DESPESAS C/VIAGENS	312,00	312,00
DESPESAS DIVERSAS	124,80	124,80
DESPESAS C/EXPORTAÇÃO/IMPORT	312,00	0,00
DESPESAS C/BRINDES	20,80	20,80
DESPESAS MAT. DE CONSUMO	520,00	520,00
DESPESAS OPERAC./FINANCEIRAS	1.248,00	1.248,00
DESPESAS FINANCEIRAS	1.248,00	1.248,00
TOTAIS	6.973,20	6.661,20

Fonte: Própria, 2003.

3.1.1.5 Orçamento de investimentos no ativo permanente

Conforme determinação da empresa, foram cancelados investimentos em Ativos Permanentes até o fim do ano de 2.003, portanto não há nenhuma previsão orçamentária para este período, não havendo portanto valores a serem mensurados para tal etapa orçamentária.

3.1.2 Orçamento de caixa

Após os orçamentos das atividades da empresa construí-se a mola mestra para o desenvolvimento do orçamento de caixa. Os orçamentos precedentes, realizados anteriormente, viabilizam a mensuração do total da movimentação a ser realizada, segundo o regime de competência.

Contudo, o regime de competência não dá o suporte suficiente para a elaboração do orçamento de caixa. Sendo assim, há a necessidade da elaboração de orçamentos parciais para avaliação dos valores que ficarão pendentes de pagamento ou recebimento ao fim de cada mês a ser orçado.

Os orçamentos parciais são realizados segundo três perspectivas:

- o total da movimentação orçada do período;
- as datas de vencimento dos pagamentos e recebimentos, e;

- as políticas de recebimentos e pagamentos determinadas pela empresa

Desta maneira, os valores a serem orçados na Demonstração do Fluxo de Caixa da empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda, estarão obedecendo tais critérios, sendo estes em conformidade com as determinações da empresa.

3.1.2.1 Orçamentos parciais

Os orçamentos parciais, conforme descrito acima, vêm auxiliar na ‘transferência’ dos valores orçados pelo regime de competência para o regime de caixa, para tornar possíveis as previsões orçamentárias da movimentação de disponibilidades da empresa.

Estes, serão elaborados na ordem descrita nos tópicos deste trabalho que trataram a parte teórica sobre estes orçamentos parciais ao orçamento de caixa, estes porém poderão, eventualmente, sofrer modificações devido a adequação da realidade da empresa, tanto de suas atividades, como de sua contabilidade.

a) Orçamento de contas a receber

Os valores aqui mensurados, estão orçados com a finalidade da obtenção do saldo de valores a receber, que ficarão em cobrança, ao fim de cada mês do orçamento.

Foram orçados os recebimentos dos meses anteriores a outubro, bem como as vendas e os recebimentos dentro dos meses orçados, segundo a política de recebimentos da empresa.

Quadro 6 – Orçamento de contas a receber

Orçamento de Vendas Acespeças Acessórios e Peças Ltda		Outubro	Novembro
		Projetado	Projetado
		R\$	R\$
TOTAIS		451.200,00	420.300,00
Orçamento de Contas a Receber Acespeças Acessórios e Peças Ltda		Outubro	Novembro
		Projetado	Projetado
		R\$	R\$
SALDO INICIAL	% s/faturamento	838.293,30	715.213,88
Faturamento - Julho			
90 DD	5%	(24.202,75)	
Faturamento - Agosto			
60 DD	38%	(206.344,68)	
90 DD	5%		(27.150,62)*
Faturamento - Setembro			
30 DD	50%	(312.147,99)	
60 DD	38%		(237.232,47)
Faturamento - Outubro			
À VISTA	7%	31.584,00	
		(31.584,00)	
30 DD	50%	225.600,00	(225.600,00)
60 DD	38%	171.456,00	
90 DD	5%	22.560,00	
Faturamento - Novembro			
À VISTA	7%		29.421,00
			(29.421,00)
30 DD	50%		210.150,00
60 DD	38%		159.714,00
90 DD	5%		21.015,00
SALDO FINAL DE CONTAS A RECEBER		715.213,88	616.109,80
VALOR DE ENTRADA NO CAIXA		574.279,42	505.404,08
* R\$ 14.000,00 deste valor corresponde a baixa de um adiantamento de clientes que não afeta o caixa do mês, por isso não está somado no total de entradas no caixa.			

Fonte: Própria, 2003.

b) Orçamento de créditos de fornecedores

O orçamento de créditos de fornecedores engloba o total de duplicatas a pagar para fornecedores ao final de cada período,

discriminando os pagamentos efetuados e as novas compras realizadas.

O orçamento realizado para mão-de-obra direta, pelo fato de esta ser terceirizada, é considerado um fornecedor. Com isso, este estará complementando o saldo de Compras do mês e será todo pago à vista, sendo de valia apenas para o cálculo da movimentação de caixa e não do saldo de crédito de fornecedores, caso esse que se trata de uma exceção à política de pagamentos da empresa para os demais fornecedores.

Quadro 7 – Orçamento de créditos de fornecedores

Orçamento de Compras e MOD Acespeças Acessórios e Peças Ltda		Outubro	Novembro
		Projetado	Projetado
		TOTAL - R\$	TOTAL - R\$
TOTAIS DE COMPRAS		243.121,11	218.611,09
MÃO-DE-OBRA DIRETA TERCEIRIZADA		25.267,20	23.536,80
Orçamento de Crédito de Fornec. Acespeças Acessórios e Peças Ltda		Outubro	Novembro
		Projetado	Projetado
		R\$	R\$
SALDO INICIAL	% s/compras	445.711,62	359.872,51
Compras - Julho			
90 DD	4%	(13.011,76)	
Compras - Agosto			
60 DD	33%	(114.705,31)	
90 DD	4%		(13.903,67)
Compras - Setembro			
30 DD	55%	(181.793,46)	
60 DD	33%		(109.076,07)
Compras - Outubro			
À VISTA	8% + 100% MOD	44.716,89	
		(44.716,89)	
30 DD	55%	133.716,61	(133.716,61)
60 DD	33%	80.229,97	
90 DD	4%	9.724,84	
Compras - Novembro			
À VISTA	8% + 100% MOD		41.025,69
			(41.025,69)
30 DD	55%		120.236,10
60 DD	33%		72.141,66
90 DD	4%		8.744,44
SALDO FINAL DE CRÉDITOS FORNC.		359.872,51	304.298,36
VALOR DE SAÍDA DO CAIXA		354.227,42	297.722,04

Fonte: Própria, 2003.

c) Orçamento de financiamentos nacionais e empréstimos bancários a amortizar

Para este orçamento não há nenhuma previsão por parte da empresa.

Isto deve-se ao fato da empresa não haver constituído nenhum empréstimo junto a instituições financeiras, portanto não constitui valores a amortizar, somado ao fato de suas disponibilidades estarem com um saldo elevado não necessitando da captação de recursos junto a terceiros para financiar suas atividades.

d) Orçamento de ordenados, salários e encargos a pagar

A política de pagamentos de salários da empresa determina o pagamento do saldo de salários até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao de apropriação da folha de pagamento.

A empresa realizou a demissão de um funcionário em setembro, porém, o valor de sua rescisão e o saldo de salários, correspondente à folha de pagamento do referido mês, estão inclusos no saldo de obrigações trabalhistas a pagar em outubro.

Quadro 8 – Orçamento de salários e encargos a pagar

Orçamento de Salários e Encargos Acespeças Acessórios e Peças Ltda		Outubro	Novembro
		Projetado	Projetado
		R\$	R\$
DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL		
PAGTOS MÊS DE COMPETÊNCIA			
SALÁRIOS - ADIANTAMENTOS		(316,35)	(316,35)
HORAS EXTRAS			
ADICIONAL INSALUBRIDADE			
FÉRIAS			
13. SALARIO			(1.863,27)
INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS			
VALE TRANSPORTE		(490,10)	(490,10)
PASSIVO CIRCULANTE	Folha de Setembro		
SALARIOS A PAGAR	5.458,45	5.531,35	5.531,35
		(5.458,45)	(5.531,35)
PRO-LABORE A PAGAR	213,60	222,14	222,14
		(213,60)	(222,14)
RESC. TRABALHISTAS A PAGAR	800,61		
		(800,61)	
FGTS A RECOLHER	526,61	525,32	525,32
		(526,61)	(525,32)
CONTRIB. SINDICAL A RECOLHER	107,09	42,03	
		(107,09)	(42,03)
CONTR. ASSISTENCIAL A RECOLHER	80,14		
		(80,14)	
INSS A RECOLHER	2.387,82	2.108,69	2.108,69
		(2.387,82)	(2.108,69)
SALDO FINAL SALÁRIOS E ENCARG.	9.574,32	8.429,53	8.387,50
VALOR DE SAÍDA DO CAIXA		10.380,77	11.099,25

Fonte: Própria, 2003.

e) Orçamento de impostos a recolher

A forma de tributação para o recolhimento de impostos e contribuições federais em que está enquadrada a empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda denomina-se Lucro Presumido. Neste é feita uma presunção de lucro através de uma porcentagem sobre o

faturamento, transformando-se nas bases de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Conforme a legislação do Imposto de Renda, as empresas optantes pelo Lucro Presumido devem fazer a apuração e arrecadação destes dois tributos trimestralmente. A empresa estudada neste trabalho, eventualmente, nos momentos em que há sobra de numerário efetua pagamentos destes antecipadamente, amortizando do montante a ser recolhido ao final de cada trimestre.

O cálculo do valor a ser recolhido é registrado mensalmente na contabilidade podendo, ou não, ser recolhido totalmente ou parcialmente durante os três meses de apuração.

Para fins do cálculo do PIS e da COFINS é necessário apenas o valor das receitas auferidas pela empresa no período. Isto deve-se à forma de tributação escolhida pela empresa, o Lucro Presumido, pois assim a empresa não fará o cálculo do PIS pela não cumulatividade.

Para cálculo do IPI e ICMS são considerados os créditos sobre as compras e as obrigações geradas pelas vendas.

E, finalizando este orçamento, temos os pagamentos da CPMF que tem seu fato gerador na movimentação financeira da empresa.

Deste modo, nos Quadros 9 e 10 vê-se como se constituem os valores orçados dos tributos arrecadados pela empresa.

Quadro 9 – Orçamento de impostos a recolher – ICMS/IPI

Orçamento Impostos a Recolher Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro	Novembro
	Projetado	Projetado
	TOTAL - R\$	TOTAL - R\$
FATURAMENTO BRUTO	451.200,00	420.300,00
IPI		
Saldo Inicial	(467,77)	1.895,54
(-) Vendas para exportação	19.000,00	-
(=) Base de Cálculo para IPI	432.200,00	420.300,00
(=) Valor do IPI sobre vendas	21.610,00	21.015,00
Necessidades de compras ((-) pneus)	235.901,91	211.886,29
Compras com crédito de IPI (45%) a 15%	106.155,86	95.348,83
(=) Valor do IPI sobre compras	15.923,38	14.302,32
(-) Pagamentos no Mês	3.323,31	6.370,66
(=) Valor do IPI a recolher/compensar	1.895,54	2.237,56
ICMS		
Saldo Inicial	(135.364,36)	(170.613,16)
BASE DE CÁLCULO REDUZIDA (34,92%)	9.399,40	25.822,41
(=) VALOR DO ICMS SOBRE VENDAS	1.597,90	4.389,81
Necessidades de compras ((-) pneus)	235.901,91	211.886,29
Compras de fora do Estado (5%) a 12%	11.795,10	10.594,31
Compras de dentro do Estado	224.106,81	201.291,98
(-) Compras sem crédito de ICMS	15.687,48	14.090,44
(=) Base de Cálculo para alíquota de 17%	208.419,34	187.201,54
(=) Valor do ICMS sobre compras	36.846,70	33.095,58
(-) Pagamentos no Mês	-	-
(=) Valor do ICMS a recolher/compensar	(170.613,16)	(199.318,93)

Fonte: Própria, 2003.

Quadro 10 – Orçamento de impostos a recolher – Outros

Orçamento Impostos a Recolher Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro	Novembro
	Projetado	Projetado
	TOTAL - R\$	TOTAL - R\$
PIS		
Saldo Inicial	1.897,63	4.706,93
(-) Vendas para exportação	19.000,00	-
(=) Base de Cálculo para PIS	432.200,00	420.300,00
(=) Valor do PIS sobre vendas	4.706,93	7.438,88
(-) Pagamentos do Mês	1.897,63	4.706,93
(=) Valor do PIS a Recolher	4.706,93	7.438,88
COFINS		
Saldo Inicial	13.128,43	12.966,00
(-) Vendas para exportação	19.000,00	-
(=) Base de Cálculo para COFINS	432.200,00	420.300,00
(=) Valor da COFINS sobre vendas	12.966,00	12.609,00
(-) Pagamentos do Mês	13.128,43	12.966,00
(=) Valor da COFINS a Recolher	12.966,00	12.609,00
IRPJ		
Saldo Inicial	29.960,99	6.644,00
(-) Vendas para exportação	19.000,00	-
(=) Base de Cálculo para IRPJ	34.576,00	33.624,00
(=) Valor do IRPJ sobre vendas	5.186,40	5.043,60
(+) Adicional 10%	1.457,60	1.362,40
(=) Total do IRPJ do Mês	6.644,00	6.406,00
(-) Pagamentos do Mês	29.960,99	-
(=) Total do IRPJ a recolher	6.644,00	13.050,00
CSLL		
Saldo Inicial	19.418,94	4.667,76
(-) Vendas para exportação	19.000,00	-
(=) Base de Cálculo para CSLL	51.864,00	50.436,00
(=) Total da CSLL do Mês	4.667,76	4.539,24
(-) Pagamentos do Mês	19.418,94	-
(=) Total de CSLL a recolher	4.667,76	9.207,00
CPMF		
(=) Total de CPMF - Pagamentos do Mês	2.290,94	2.520,03

Fonte: Própria, 2003.

f) Orçamento de participações estatutárias e dividendos a pagar

Este orçamento, que engloba os valores referentes a participações sobre os resultados de exercícios, por funcionários e sócios da empresa, não constituiu movimentação, devido a não previsão de pagamento de tais valores para este nos meses em processo orçamentário.

g) Orçamento de contas a pagar

O total das obrigações, da empresa, constantes no balancete desta e no orçamento do período, foram mensurados anteriormente, não restando outras contas a pagar no momento.

Sendo assim, este orçamento parcial a ser realizado para fins de auxílio no orçamento da Demonstração do Fluxo de Caixa da empresa não possui informações para sua elaboração.

3.1.2.2 Orçamento da DFC

Finalizando o orçamento realizado na empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda, tem-se agora, a elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa orçada para os meses de outubro e novembro de 2.003.

Após a realização dos orçamentos precedentes e parciais de caixa, constitui-se, pela união das informações propiciadas por estes as seguintes demonstrações orçadas:

Quadro 11 – DFC orçada outubro e novembro de 2.003.

Orçamento da DFC Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro	Novembro
	Orçado	Orçado
	R\$	R\$
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Clientes	574.279,42	505.404,08
(-) Pagamento a fornecedores	(354.227,42)	(297.722,04)
(-) Salários e encargos	(10.380,77)	(11.099,25)
(-) Outras despesas operacionais	(5.725,20)	(5.413,20)
(-) Tributos	(70.020,24)	(26.563,62)
(-) Encargos Financeiros	(1.200,00)	(1.200,00)
(-) Variações Cambiais	-	-
(=) Fluxo caixa operacional líquido	132.725,79	163.405,97
ATIVIDADES INVESTIMENTOS		
Empréstimos concedidos	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-
Aplicações financeiras	-	-
Obras civis	-	-
Móveis/utensílios/instalações	-	-
Máquinas/ferramentas/equipamentos	-	-
Veículos	-	-
Computadores/software	-	-
Total de Investimentos	-	-
ATIVIDADES FINANCIAMENTOS		
Recursos próprios	-	-
Financiamentos/Leasing	-	-
Total Financiamentos	-	-
Caixa Líquido do Período	132.725,79	163.405,97
Saldo Inicial Disponibilidades	127.825,93	260.551,72
Saldo Final Disponibilidades	260.551,72	423.957,69

Fonte: Própria, 2003.

3.2 Comparativo orçado x realizado

Após decorrer o período proposto no orçamento, tem-se a possibilidade da coleta de dados e informações históricas sobre os fatos realmente ocorridos na empresa.

Com estes, elabora-se uma comparação com o orçamento elaborado e proposto para utilização na empresa nos meses de outubro e novembro de 2.003.

Através deste comparativo pode-se avaliar onde a empresa teve seus maiores desvios em relação ao orçamento realizado, procurando meios de não repeti-los, se forem erros, ou de prevê-los para o futuro, se forem decorrentes da operacionalidade normal da empresa.

Com isso, tem-se a elaboração de um comparativo, calculando as diferenças absolutas que houveram entre orçado e realizado nas movimentações das disponibilidades, e a variação percentual desta diferença sobre o valor orçado.

Quadro 12 – Comparativo orçado x realizado – outubro

Comparativo Orçado x Realizado Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Outubro - 2003			
	Orçado	Realizado	Variação	
	R\$	R\$	R\$	%
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimento de Clientes	574.279,42	548.107,01	(26.172,41)	-4,56%
(-) Pagamento a fornecedores	(354.227,42)	(437.327,30)	83.099,88	23,46%
(-) Salários e encargos	(10.380,77)	(10.114,07)	(266,70)	-2,57%
(-) Outras despesas operacionais	(5.725,20)	(4.725,60)	(999,60)	-17,46%
(-) Tributos	(70.020,24)	(76.803,84)	6.783,60	9,69%
(-) Encargos Financeiros	(1.200,00)	(1.682,53)	482,53	40,21%
(-) Variações Cambiais	-	-	-	-
(=) Fluxo caixa operacional líquido	132.725,79	17.453,67	(115.272,12)	-86,85%
ATIVIDADES INVESTIMENTOS				
Empréstimos concedidos	-	(20.000,00)	20.000,00	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Obras civis	-	-	-	-
Móveis/utensílios/instalações	-	-	-	-
Máquinas/ferramentas/equipamentos	-	(9.300,00)	9.300,00	-
Veículos	-	-	-	-
Computadores/software	-	-	-	-
Total de Investimentos	-	(29.300,00)	29.300,00	-
ATIVIDADES FINANCIAMENTOS				
Recursos próprios	-	-	-	-
Financiamentos/Leasing	-	-	-	-
Total Financiamentos	-	-	-	-
Caixa Líquido do Período	132.725,79	(11.846,33)	(144.572,12)	-108,93%
Saldo Inicial Disponibilidades	127.825,93	127.825,93	-	0,00%
Saldo Final Disponibilidades	260.551,72	115.979,60	(144.572,12)	-55,49%

Fonte: Própria, 2003.

A empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda utilizou a DFC orçada como base para suas decisões no período. Contudo, oportunidades de bons negócios para a empresa fizeram com que esta não fosse tão rigorosa em relação ao orçamento proposto, inclusive pelo fato deste ser uma novidade para a mesma.

As divergências ocorridas somente têm relevância quando ultrapassarem a faixa dos 10% (dez por cento) em relação ao valor orçado, tendo em vista o porte e a estrutura da empresa.

Baseando-se nisto tem-se a necessidade de observar, mais criteriosamente, os pagamentos realizados a fornecedores, o conjunto das despesas operacionais e os encargos financeiros do mês em questão.

Uma segunda avaliação necessária, além da variação percentual, é o montante da diferença encontrado, sendo valores abaixo de R\$ 3.000,00 (três mil reais), recebendo análises não tão preocupantes. Partindo disto, tem-se, na verdade, relevância em outro conjunto de itens, eliminando desta análise os itens de outras despesas operacionais e os encargos financeiros. Não há, aqui, um descarte absoluto sobre a análise destes itens, mas sim, de que estes não carecem grandes esforços na busca dos motivos de suas variações.

No entanto, há a necessidade da inclusão na análise, dos itens relativos a empréstimos concedidos e aquisição de máquinas, ferramentas e equipamentos, valores estes que não foram previstos pela empresa.

Com relação aos pagamentos realizados a fornecedores, tem-se uma variação considerável, sendo que foram feitos pagamentos em valor superior ao valor orçado, em torno de 23% (vinte e três por cento) devido, em grande parte, a necessidade de compra de chapas de aço em maior quantidade, visto que havia uma projeção de escassez destas no mercado.

O empréstimo concedido a uma empresa das relações comerciais da Acespeças Acessórios e Peças Ltda foi realizado, devido à oportunidade de negócios futuros com aquela, estreitando o vínculo entre ambas. Somado a isto, tem-se a remuneração do capital que foi diagnosticado como satisfatório.

A aquisição de máquinas fez-se necessária para a atividade da empresa no período. A empresa não necessitou de crédito para esta compra, sendo paga à vista, devido ao controle proporcionado pelo orçamento da Demonstração do Fluxo de Caixa que acusava folga financeira na empresa neste mês.

Devido às oportunidades de negócios vislumbradas pela empresa no decorrer do mês de outubro, o valor das disponibilidades obteve uma redução não tão significativa em relação neste mês, entretanto este figurou-se muito abaixo do orçado.

Quadro 13 – Comparativo orçado x realizado – novembro

Comparativo Orçado x Realizado Acespeças Acessórios e Peças Ltda	Novembro - 2003			
	Orçado	Realizado	Variação	
	R\$	R\$	R\$	%
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimento de Clientes	505.404,08	313.045,86	(192.358,22)	-38,06%
(-) Pagamento a fornecedores	(297.722,04)	(283.261,18)	(14.460,86)	-4,86%
(-) Salários e encargos	(11.099,25)	(8.585,75)	(2.513,50)	-22,65%
(-) Outras despesas operacionais	(5.413,20)	(5.186,29)	(226,91)	-4,19%
(-) Tributos	(26.563,62)	(1.663,48)	(24.900,14)	-93,74%
(-) Encargos Financeiros	(1.200,00)	(5.480,28)	4.280,28	356,69%
(-) Variações Cambiais	-	-	-	-
(=) Fluxo caixa operacional líquido	163.405,97	8.868,88	(154.537,09)	-94,57%
ATIVIDADES INVESTIMENTOS				
Empréstimos concedidos	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	-
Aplicações financeiras	-	-	-	-
Obras civis	-	-	-	-
Móveis/utensílios/instalações	-	(1.600,00)	1.600,00	-
Máquinas/ferramentas/equipamentos	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-
Computadores/software	-	-	-	-
Total de Investimentos	-	(1.600,00)	1.600,00	-
ATIVIDADES FINANCIAMENTOS				
Recursos próprios	-	-	-	-
Financiamentos/Leasing	-	-	-	-
Total Financiamentos	-	-	-	-
Caixa Líquido do Período	163.405,97	7.268,88	(156.137,09)	-95,55%
Saldo Inicial Disponibilidades	260.551,72	115.979,60	(144.572,12)	-55,49%
Saldo Final Disponibilidades	423.957,69	123.248,48	(300.709,21)	-70,93%

Fonte: Própria, 2003.

Baseando-se nos mesmos parâmetros de análise utilizados para o mês anterior, tem-se em novembro a necessidade de rever os itens de recebimentos de cliente, tributos pagos e os encargos financeiros no mês de novembro.

Com relação à diferença encontrada nos recebimentos referentes às vendas, esta deve-se ao não recebimento de importantes valores financiados pelos clientes através do Banco Nacional de

Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), através do FINAME Agrícola, sendo estes valores orçados para recebimento segundo a normalidade de liberação destes valores por parte do BNDES para este tipo de financiamento.

Os tributos orçados para pagamento no mês de novembro não foram quitados com numerários das disponibilidades da empresa, mas sim compensados com créditos de IPI, beneficiando esta, que deixou de pagar aos cofres públicos um valor significativo.

Por último, um valor encontrado como uma grande divergência no orçamento da DFC de novembro foram os gastos que a empresa teve com encargos financeiros, devendo esta rever suas negociações com os bancos e clientes, que possam ter gerado tais despesas para esta.

Devido ao não recebimento dos valores referentes a FINAME Agrícola orçados para o mês, atenuado pela redução nos pagamentos da carga tributária, houve uma grande distorção no incremento de caixa em relação ao valor orçado para novembro, entretanto houve um aumento das disponibilidades neste mês.

4 CONCLUSÃO

A realização do presente trabalho propiciou uma avaliação da eficiência da Demonstração do Fluxo de Caixa como ferramenta gerencial.

Embora a amplitude deste seja restrita à empresa Acespeças Acessórios e Peças Ltda, foi de grande valia para a compreensão desta demonstração e de sua capacidade de suportar decisões.

Através da criação de um modelo de projeção da DFC fez-se possível, na empresa estudada, orçar as movimentações financeiras desta, deixando-a preparada para eventuais imprevistos que possam surgir.

A projeção realizada, através deste modelo, para os meses de outubro e novembro de 2.003, capacitou os administradores da empresa a traçar o caminho para que o desempenho financeiro desta fosse otimizado.

Seguindo a proposta deste trabalho fez-se, então, com base nos dados históricos destes dois meses, uma análise comparativa entre o efetivo desempenho da empresa e as projeções orçamentárias realizadas. Esta análise propiciou aos administradores avaliar as distorções entre o orçamento, ou seja, o objetivo almejado, e os

resultados ocorridos das efetivas movimentações, operacionais e financeiras.

Com base nisto, tornou-se possível avaliar pontos fortes e fracos no desempenho da empresa, repensar as distorções, suas causas e otimizar as partes corretas.

Tem-se então, como fato consumado, que a DFC é uma ferramenta de cunho gerencial capaz de complementar o sistema de informações apresentado pela contabilidade, sobretudo na empresa analisada, na qual, a DFC, funcionou como caminho a ser seguido, na sua parte orçamentária, e como ferramenta de análise de desempenho.

E, estes fatos, determinam que a Demonstração do Fluxo de Caixa é uma ferramenta de suporte às atividades e ao processo gerencial-decisório dos administradores da empresa industrial Acespeças Acessórios e Peças Ltda.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Custo básico de contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

BRASIL, Decreto n. 3.000 de 26 de março de 1.999. Regulamento do Imposto de Renda.

BRASIL. Lei n. 6.404 de 15 de dezembro de 1.976.

BRAGA, Hugo Rocha. **Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL. **Princípios fundamentais de contabilidade e normas brasileiras de contabilidade**. 3. ed. Porto Alegre: 2003.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 1998.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. Coordenação: Sérgio de Iudícibus. **Contabilidade introdutória**. 9. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

FILHO, Ademar Campos. **Demonstração dos fluxos de caixa**. São Paulo: Atlas, 1999.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade gerencial**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, Josir Simeone; MARTINEWSKI, André Luís. O processo orçamentário em empresas brasileiras: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade. n. 132. Brasília: novembro/dezembro de 2.001.

HORNGREN, Charles T. **Introdução á contabilidade gerencial**. Rio de Janeiro: Pretince-Hall do Brasil, 1985.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

___; MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.

___; MARION, José Carlos. **Curso de contabilidade para não contadores**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

___; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações: também aplicável as demais sociedades**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

___ . **Análise das demonstrações contábeis**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

MOTT, Graham. **Contabilidade para não-contadores**. Traduzido por Maria Lucia G. L. Rosa. São Paulo: Makron Books, 1996.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade básica: fácil**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

ROSA, Paulo Moreira da; SILVA, Almir Teles da. Fluxo de caixa - instrumento de planejamento e controle financeiro e base de apoio ao processo decisório. **Revista Brasileira de Contabilidade**. Conselho Federal de Contabilidade. n. 135. Brasília: maio/junho de 2.002.

SÁ, Antônio Lopes de. **Regimes de competência e de caixa**. Boletim IOB n. 23 de 1.993: Temática contábil e balanços.

____. **História geral e das doutrinas da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1997.

SANVICENTE, Antônio Zoratto; SANTOS, Celso da Costa. **Orçamento na administração de empresas: planejamento e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1983.

SOBANSKI, Jaert J. **Prática de orçamento empresarial: um exercício programado**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

THIESEN, João Arno de Oliveira. A demonstração do fluxo de caixa nas organizações e sua importância como instrumento na tomada de decisão. **Revista do Conselho Regional de Contabilidade – RS**. Porto Alegre: maio 2.000, nº 100, p. 8-13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Estrutura e apresentação de monografias, dissertações e teses - MDT**. 5. ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, PRPGP, 2000.

WALTER, Milton Augusto. **Orçamento integrado: operação, investimentos e caixa**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 1985.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa: uma decisão de planejamento e controle internos**. 2 ed. D.C. Luzzatto, 1988.

A N E X O S

ANEXO A
BALANCETE DO MÊS DE OUTUBRO DE 2.003

ACESPEÇAS ACESSORIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - OUTUBRO DE 2003**

ATIVO				
Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
	R\$	R\$	R\$	R\$
ATIVO	1.558.312,92	1.654.554,21	1.782.651,98	1.430.215,15
ATIVO CIRCULANTE	1.440.647,90	1.618.528,07	1.782.651,98	1.276.523,99
DISPONIBILIDADES	127.825,93	1.163.122,09	1.174.968,42	115.979,60
CAIXA GERAL	121.309,29	609.353,66	656.349,92	74.313,03
CAIXA	121.309,29	609.353,66	656.349,92	74.313,03
BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.516,64	553.768,43	518.618,50	41.666,57
BANCO DO BRASIL - RIO BRANCO	6.516,64	553.768,43	518.618,50	41.666,57
APLICACOES FINANCEIRAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
APLICACOES FINANCEIRAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
BANCO DO BRASIL S.A.	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
DIREITOS REALIZAVEIS	967.428,24	424.875,54	607.330,21	784.973,57
CLIENTES	838.293,30	370.568,41	526.706,02	682.155,69
CLIENTES DIVERSOS	517.421,03	265.462,95	309.666,17	473.217,81
REVENDEDORES	221.722,27	51.668,02	184.589,85	88.800,44
EXPORTACOES A RECEBER	99.150,00	53.437,44	32.450,00	120.137,44
IMPOSTOS E CONTRIB A RECUPERAR	129.134,94	54.307,13	80.624,19	102.817,88
ICMS A RECUPERAR	128.667,17	37.558,09	63.407,38	102.817,88
IPI A RECUPERAR	467,77	16.749,04	17.216,81	0,00
OUTROS DIREITOS REALIZAVEIS	0,00	353,35	353,35	0,00
ANTECIPACOES/ADIANTAMENTOS	0,00	353,35	353,35	0,00
ADIANTAMENTO DE SALARIOS	0,00	353,35	353,35	0,00
CREDITOS DIVERSOS	200.000,00	30.177,09	0,00	230.177,09
OUTROS CREDITOS	200.000,00	30.177,09	0,00	230.177,09
CHEQUES A COMPENSAR	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	0,00	30.177,09	0,00	30.177,09
ESTOQUES	45.393,73	0,00	0,00	45.393,73
ESTOQUE	45.393,73	0,00	0,00	45.393,73
MATERIAS PRIMAS	35.672,09	0,00	0,00	35.672,09
PRODUTOS ACABADOS	9.721,64	0,00	0,00	9.721,64
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	68.000,00	20.000,00	0,00	88.000,00
TITULOS A RECEBER DE TERCEIROS	68.000,00	20.000,00	0,00	88.000,00
EMPRESTIMOS	68.000,00	20.000,00	0,00	88.000,00
ATIVO PERMANENTE	49.665,02	16.026,14	0,00	65.691,16
IMOBILIZADO	49.665,02	16.026,14	0,00	65.691,16
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	49.665,02	16.026,14	0,00	65.691,16

ACESPEÇAS ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - OUTUBRO DE 2003****PASSIVO**

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
	R\$	R\$	R\$	R\$
PASSIVO	3.209.173,27	504.262,50	283.061,49	2.987.972,26
PASSIVO CIRCULANTE	526.974,74	504.262,50	283.061,49	305.773,73
DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	526.974,74	504.262,50	283.061,49	305.773,73
FORNECEDORES	438.994,43	399.073,42	232.233,71	272.154,72
FORNECEDORES INDUSTRIA	433.567,90	393.934,12	229.089,24	268.723,02
FORNECEDORES FRETES	5.426,53	5.139,30	3.144,47	3.431,70
SALARIOS E PRO-LABORE A PAGAR	6.472,66	7.588,10	6.666,46	5.551,02
SALARIOS A PAGAR	5.458,45	6.573,89	6.452,86	5.337,42
PRO-LABORE A PAGAR	213,60	213,60	213,60	213,60
RESC. TRABALHISTAS A PAGAR	800,61	800,61	0,00	0,00
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	67.507,65	97.600,98	44.161,32	14.067,99
OBRIGACOES SOCIAIS	3.101,66	2.956,72	2.753,35	2.898,29
OBRIGACOES FISCAIS	64.405,99	94.644,26	41.407,97	11.169,70
ADTOS/EMPRESTIMOS DIVERSOS	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	14.000,00	0,00	0,00	14.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	2.682.198,53	0,00	0,00	2.682.198,53
CAPITAL SOCIAL	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS	2.663.198,53	0,00	0,00	2.663.198,53
RESULT. EXERCICIOS ANTERIORES	2.663.198,53	0,00	0,00	2.663.198,53

ACESPEÇAS ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - OUTUBRO DE 2003****R E C E I T A S**

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
	R\$	R\$	R\$	R\$
R E C E I T A S	2.370.719,41	41.407,97	394.734,25	2.724.045,69
RECEITAS OPERACIONAIS	2.370.719,41	41.407,97	394.734,25	2.724.045,69
RECEITAS DE VENDAS E SERVICOS	2.368.909,81	41.407,97	394.681,07	2.722.182,91
RECEITA VENDA DE PRODUTOS	2.666.910,82	0,00	394.681,07	3.061.591,89
VENDAS A CONSUMIDOR	1.261.291,41	0,00	289.977,03	1.551.268,44
VENDAS A REVENDEDOR	680.114,02	0,00	51.266,60	731.380,62
VENDAS A EXPORTACAO	725.505,39	0,00	53.437,44	778.942,83
(-)DEDUCAO REC. PRODUTOS/SERV.	298.001,01	41.407,97	0,00	339.408,98
VENDAS CANCELADAS	4.843,00	0,00	0,00	4.843,00
TRIB. E CONTRIB. S/INDUSTRIA	293.158,01	41.407,97	0,00	334.565,98
RECEITAS FINANCEIRAS	1.809,60	0,00	53,18	1.862,78
RECEITAS FINANCEIRAS	1.809,60	0,00	53,18	1.862,78
RECEITAS COM ATUALIZACOES	770,45	0,00	0,00	770,45
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.039,15	0,00	53,18	1.092,33

ACESPEÇAS ACESSÓRIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - OUTUBRO DE 2003****CUSTOS / DESPESAS**

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
	R\$	R\$	R\$	R\$
CUSTOS / DESPESAS	1.411.904,99	319.285,94	59.062,90	1.672.128,03
CUSTOS/DESPESAS	1.411.904,99	319.285,94	59.062,90	1.672.128,03
CUSTOS	1.299.508,81	291.237,01	58.798,87	1.531.946,95
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS	1.299.508,81	291.237,01	58.798,87	1.531.946,95
COMPRAS PARA PRODUCAO	1.628.345,69	291.237,01	0,00	1.919.582,70
MATERIAS PRIMAS	1.471.053,86	262.782,54	0,00	1.733.836,40
MATERIAL DE CONSUMO	19.949,93	0,00	0,00	19.949,93
FRETES	23.070,59	3.554,47	0,00	26.625,06
CUSTO SERVICO DE TERCEIROS	114.271,31	24.900,00	0,00	139.171,31
(-) DEDUCOES CUSTO PRODUTO VENDIDO	328.836,88	0,00	58.798,87	387.635,75
ICMS S/COMPRAS E FRETES	223.657,00	0,00	37.558,09	261.215,09
IPI S/COMPRAS	99.513,17	0,00	16.749,04	116.262,21
DEVOLUCOES DE COMPRAS	5.666,71	0,00	4.491,74	10.158,45
DESPESAS OPERACIONAIS	112.396,18	28.048,93	264,03	140.181,08
CUSTOS DE PRODUCAO	49.861,14	16.933,38	261,53	66.532,99
DESPESAS C/PESSOAL	24.599,38	8.939,48	0,00	33.538,86
OUTROS GASTOS C/PESSOAL	2.211,14	0,00	261,53	1.949,61
GASTOS GERAIS DE PRODUCAO	23.050,62	7.993,90	0,00	31.044,52
DESPESAS C/VENDAS	16.669,38	0,00	0,00	16.669,38
COMISSOES	16.669,38	0,00	0,00	16.669,38
DESP. OPERAC./ADMINISTRATIVAS	34.450,32	6.092,70	2,50	40.540,52
PRO-LABORE DIRETORES	1.680,00	240,00	0,00	1.920,00
HONORARIOS PROFISSIONAIS	8.000,00	1.440,00	0,00	9.440,00
DESPESAS GERAIS ADM	24.770,32	4.412,70	2,50	29.180,52
DESPESAS OPERAC./FINANCEIRAS	4.630,66	2.520,20	0,00	7.150,86
DESPESAS FINANCEIRAS	4.630,66	2.520,20	0,00	7.150,86
DESPESAS OPERAC./TRIBUTARIAS	6.784,68	2.502,65	0,00	9.287,33
IMPOSTOS/TAXAS/CONTRIBUICOES	6.784,68	2.502,65	0,00	9.287,33

ANEXO B
BALANCETE DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2.003

ACESPEÇAS ACESSORIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - NOVEMBRO DE 2003****ATIVO**

Nome da Conta	Saldo Inicial R\$	Débito R\$	Crédito R\$	Saldo Final R\$
ATIVO	1.430.215,15	1.082.124,41	899.106,64	1.613.232,92
ATIVO CIRCULANTE	1.276.523,99	1.080.524,41	899.106,64	1.457.941,76
DISPONIBILIDADES	115.979,60	655.976,99	648.708,11	123.248,48
CAIXA GERAL	74.313,03	370.487,29	337.418,12	107.382,20
CAIXA	74.313,03	370.487,29	337.418,12	107.382,20
BANCOS CONTA MOVIMENTO	41.666,57	285.489,70	311.289,99	15.866,28
BANCO DO BRASIL - RIO BRANCO	41.666,57	285.489,70	311.289,99	15.866,28
APLICACOES FINANCEIRAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
APLICACOES FINANCEIRAS	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
BANCO DO BRASIL S.A.	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00
DIREITOS REALIZAVEIS	784.973,57	424.212,57	250.063,68	959.122,46
CLIENTES	682.155,69	372.865,12	212.552,86	842.467,95
CLIENTES DIVERSOS	473.217,81	226.672,00	168.394,27	531.495,54
REVENDEDORES	88.800,44	105.193,12	44.158,59	149.834,97
EXPORTACOES A RECEBER	120.137,44	41.000,00	0,00	161.137,44
IMPOSTOS E CONTRIB A RECUPERAR	102.817,88	51.347,45	37.510,82	116.654,51
ICMS A RECUPERAR	102.817,88	34.919,54	21.082,91	116.654,51
IPI A RECUPERAR	0,00	16.427,91	16.427,91	0,00
OUTROS DIREITOS REALIZAVEIS	0,00	334,85	334,85	0,00
ANTECIPACOES/ADIANTAMENTOS	0,00	334,85	334,85	0,00
ADIANTAMENTO DE SALARIOS	0,00	334,85	334,85	0,00
CREDITOS DIVERSOS	230.177,09	0,00	0,00	230.177,09
OUTROS CREDITOS	230.177,09	0,00	0,00	230.177,09
CHEQUES A COMPENSAR	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00
ADIANTAMENTO A FORNECEDORES	30.177,09	0,00	0,00	30.177,09
ESTOQUES	45.393,73	0,00	0,00	45.393,73
ESTOQUE	45.393,73	0,00	0,00	45.393,73
MATERIAS PRIMAS	35.672,09	0,00	0,00	35.672,09
PRODUTOS ACABADOS	9.721,64	0,00	0,00	9.721,64
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00
TITULOS A RECEBER DE TERCEIROS	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00
EMPRESTIMOS	88.000,00	0,00	0,00	88.000,00
ATIVO PERMANENTE	65.691,16	1.600,00	0,00	67.291,16
IMOBILIZADO	65.691,16	1.600,00	0,00	67.291,16
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	65.691,16	0,00	0,00	65.691,16
MOVEIS E UTENSILIOS	0,00	1.600,00	0,00	1.600,00

ACESPEÇAS ACESSORIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - NOVEMBRO DE 2003****PASSIVO**

Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
	R\$	R\$	R\$	R\$
PASSIVO	2.987.972,26	302.920,35	412.251,07	3.097.302,98
PASSIVO CIRCULANTE	305.773,73	302.920,35	412.251,07	415.104,45
DEBITOS DE FUNCIONAMENTO	305.773,73	302.920,35	412.251,07	415.104,45
FORNECEDORES	272.154,72	255.633,14	281.390,61	297.912,19
FORNECEDORES INDUSTRIA	268.723,02	252.964,50	277.320,65	293.079,17
FORNECEDORES FRETES	3.431,70	2.668,64	4.069,96	4.833,02
SALARIOS E PRO-LABORE A PAGAR	5.551,02	6.692,57	7.301,32	6.159,77
SALARIOS A PAGAR	5.337,42	6.478,97	7.087,72	5.946,17
PRO-LABORE A PAGAR	213,60	213,60	213,60	213,60
OBRIGACOES SOCIAIS E FISCAIS	14.067,99	26.594,64	39.559,14	27.032,49
OBRIGACOES SOCIAIS	2.898,29	2.793,86	2.625,71	2.730,14
OBRIGACOES FISCAIS	11.169,70	23.800,78	36.933,43	24.302,35
ADTOS/EMPRESTIMOS DIVERSOS	14.000,00	14.000,00	84.000,00	84.000,00
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	14.000,00	14.000,00	84.000,00	84.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	2.682.198,53	0,00	0,00	2.682.198,53
CAPITAL SOCIAL	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
CAPITAL SUBSCRITO	38.000,00	0,00	0,00	38.000,00
(-) CAPITAL A INTEGRALIZAR	19.000,00	0,00	0,00	19.000,00
RESULTADOS ACUMULADOS	2.663.198,53	0,00	0,00	2.663.198,53
RESULT. EXERCICIOS ANTERIORES	2.663.198,53	0,00	0,00	2.663.198,53

ACESPEÇAS ACESSORIOS E PEÇAS LTDA				
BALANCETE - NOVEMBRO DE 2003				
R E C E I T A S				
Nome da Conta	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
	R\$	R\$	R\$	R\$
R E C E I T A S	2.724.045,69	67.743,05	423.037,40	3.079.340,04
RECEITAS OPERACIONAIS	2.724.045,69	67.743,05	423.037,40	3.079.340,04
RECEITAS DE VENDAS E SERVICOS	2.722.182,91	67.743,05	422.818,12	3.077.257,98
RECEITA VENDA DE PRODUTOS	3.061.591,89	0,00	422.818,12	3.484.410,01
VENDAS A CONSUMIDOR	1.551.268,44	0,00	226.126,12	1.777.394,56
VENDAS A REVENDEDOR	731.380,62	0,00	155.692,00	887.072,62
VENDAS A EXPORTACAO	778.942,83	0,00	41.000,00	819.942,83
(-)DEDUCAO REC. PRODUTOS/SERV.	339.408,98	67.743,05	0,00	407.152,03
VENDAS CANCELADAS	4.843,00	30.809,62	0,00	35.652,62
TRIB. E CONTRIB. S/INDUSTRIA	334.565,98	36.933,43	0,00	371.499,41
RECEITAS FINANCEIRAS	1.862,78	0,00	219,28	2.082,06
RECEITAS FINANCEIRAS	1.862,78	0,00	219,28	2.082,06
RECEITAS COM ATUALIZACOES	770,45	0,00	0,00	770,45
JUROS E DESCONTOS OBTIDOS	1.092,33	0,00	219,28	1.311,61

ACESPEÇAS ACESSORIOS E PEÇAS LTDA**BALANCETE - NOVEMBRO DE 2003****CUSTOS / DESPESAS**

Nome da Conta	Saldo Inicial R\$	Débito R\$	Crédito R\$	Saldo Final R\$
CUSTOS / DESPESAS	1.672.128,03	333.338,06	51.730,76	1.953.735,33
CUSTOS/DESPESAS	1.672.128,03	333.338,06	51.730,76	1.953.735,33
CUSTOS	1.531.946,95	305.814,12	51.347,45	1.786.413,62
CUSTO PRODUTOS VENDIDOS	1.531.946,95	305.814,12	51.347,45	1.786.413,62
COMPRAS PARA PRODUCAO	1.919.582,70	305.814,12	0,00	2.225.396,82
MATERIAS PRIMAS	1.733.836,40	262.770,02	0,00	1.996.606,42
MATERIAL DE CONSUMO	19.949,93	5.024,00	0,00	24.973,93
FRETES	26.625,06	5.395,10	0,00	32.020,16
CUSTO SERVICO DE TERCEIROS	139.171,31	32.625,00	0,00	171.796,31
DEDUCOES CUSTO PRODUTO VENDIDO	387.635,75	0,00	51.347,45	438.983,20
ICMS S/COMPRAS E FRETES	261.215,09	0,00	34.919,54	296.134,63
IPI S/COMPRAS	116.262,21	0,00	16.427,91	132.690,12
DEVOLUCOES DE COMPRAS	10.158,45	0,00	0,00	10.158,45
DESPESAS OPERACIONAIS	140.181,08	27.523,94	383,31	167.321,71
CUSTOS DE PRODUCAO	66.532,99	19.326,84	383,31	85.476,52
DESPESAS C/PESSOAL	33.538,86	9.128,84	67,10	42.600,60
OUTROS GASTOS C/PESSOAL	1.949,61	0,00	265,65	1.683,96
GASTOS GERAIS DE PRODUCAO	31.044,52	10.198,00	50,56	41.191,96
DESPESAS C/VENDAS	16.669,38	0,00	0,00	16.669,38
COMISSOES	16.669,38	0,00	0,00	16.669,38
DESP. OPERAC./ADMINISTRATIVAS	40.540,52	4.465,90	0,00	45.006,42
PRO-LABORE DIRETORES	1.920,00	240,00	0,00	2.160,00
HONORARIOS PROFISSIONAIS	9.440,00	1.455,09	0,00	10.895,09
DESPESAS GERAIS ADM	29.180,52	2.770,81	0,00	31.951,33
DESPESAS OPERAC./FINANCEIRAS	7.150,86	2.542,21	0,00	9.693,07
DESPESAS FINANCEIRAS	7.150,86	2.542,21	0,00	9.693,07
DESPESAS OPERAC./TRIBUTARIAS	9.287,33	1.188,99	0,00	10.476,32
IMPOSTOS/TAXAS/CONTRIBUICOES	9.287,33	1.188,99	0,00	10.476,32